

A definição das fronteiras terrestres do Brasil, com países vizinhos, durante o século XVIII

Tenente Coronel João José de Sousa Cruz



Anexo ao Boletim
Nº76 novembro 2014



Instituto
geográfico
do Exército

Índice

1 – Introdução	3
2 – América do Sul	4
3 – O Brasil Colónia	6
4 – Cartografia Portuguesa no Brasil	10
5 – A Amazónia e o rio Amazonas.....	15
6 – As viagens científicas e a divulgação cartográfica	23
7 – A defesa da Amazónia e Mato Grosso.....	26
8 – O Marquês de Pombal.....	28
9 – A demarcação dos limites	32
10 – Os instrumentos e métodos utilizados. O Real Arquivo Militar	49
11 – A visão espanhola sobre a demarcação dos limites	56

A definição das fronteiras terrestres do Brasil com países vizinhos, durante o século XVIII

João José de Sousa Cruz¹

TCor Art Ref

Por opção do autor, este artigo está redigido segundo os instrumentos ortográficos ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.



¹ Tenente Coronel de Artilharia, reformado. Professor de Topografia e Geodesia na Academia Militar, Lisboa. Professor e criador do curso de Engenharia Técnica em Topografia, no Instituto Politécnico de Beja. Professor de Topografia e Desenho Cartográfico na Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa. Professor convidado da Universidade do Açores para as cadeiras de Topografia e Desenho Cartográfico, Ponta Delgada. Professor de Topografia da Universidade Lusófona, Lisboa. Secretário da Revista de Artilharia. Cumpriu quatro comissões de serviço no Ultramar, três em Moçambique e uma em Timor.

1. Introdução

O tema que nos propomos tratar, já foi quase esgotado por diversos autores como Jaime Cortesão, José Ricardo Martins, Sebastião da Silva Furtado, Silvino da Cruz Curado e outros. Trata-se do problema que foi tentado solucionar pelo Tratado de Madrid em 1750 entre Portugal e Espanha, mas que só em 1981 foi definitivamente resolvido: a demarcação das fronteiras terrestres de um país do tamanho de toda a Europa e que tem cem vezes as dimensões de Portugal Continental. Referimo-nos sim aos Estados Unidos do Brasil. Pretendemos unicamente focar o ponto de vista topo-cartográfico dessa realização, no referente à definição das linhas de fronteira deste país com as antigas colónias espanholas Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, embora sejam focados outros assuntos...

Qualquer levantamento ou marcação de limites sob o ponto de vista topo-cartográfico, já por si é um problema, cuja realização pede conhecimentos matemáticos, astronómicos, geográficos e de consciência ambiental.

A experiência do autor, com 23 anos de serviço, no antigo Serviço Cartográfico do Exército português, onde entrou como capitão e saiu como tenente-coronel, passando por diversos trabalhos desde chefe de equipa topográfica até chefe interino do mesmo Serviço, permite-lhe opinar e abalizar tais dificuldades. Se na Europa onde o autor trabalhou como topógrafo militar, verificou quão difícil é determinar alinhamentos mesmo com o auxílio de redes geodésicas perfeitas e compensadas, pensemos então como seriam difíceis tais trabalhos no século XVIII, nos anos de

1750 e seguintes, em plena selva amazónica, na bacia hidrográfica do Rio da Prata, e nos restantes rios, planícies e montanhas por onde veio a passar a fronteira do Brasil.



Fig. 1 – Um trecho do rio Amazonas, uma autêntica auto estrada aquática.

Nesta selva sul-americana não havia quaisquer caminhos, talvez unicamente sendeiros² abertos pelos indígenas, mas os técnicos utilizando de preferência as linhas de água e rios por onde as canoas a remos os levavam e com uma vegetação cerrada que todos pensamos conhecer, antes de ter a possibilidade de contactar com a “verdade terreno” e sentir esse problema de facto.



Fig. 2 – Milhares de quilómetros quadrados de selva na Amazónia.

O autor contactou com este tipo de terreno quando colaborou com a cartografia de Moçambique, como agrimensor ajuramentado dos Serviços Geográficos da Colónia, e em Timor onde fez observações de geodésicas para a Missão Geográfica de Timor, colaborando num trabalho

² Caminhos de pé posto

de adensamento da rede do concelho de Dili, que durou cerca de seis meses. Também nos Açores a experiência permitiu-lhe ter contacto com terrenos de muito recente formação, os quais por inseguros mais dificultavam o trabalho topográfico.

Comparativamente, em Portugal e no século passado, já se dispunha além de boas linhas de comunicação e de bons transportes, trabalhava-se com bons aparelhos de observação, com bons distanciómetros e estações totais e finalmente com uma boa cobertura de fotografias aéreas, o que permitia num relance saber onde se estava e para onde se deveria ir, e mesmo assim os trabalhos sempre demoravam o seu tempo.

2- América do Sul

Nos séculos XVI e XVII a costa sul-americana foi reconhecida pela marinha portuguesa e pela de outros países, daí se foram obtendo inúmeras cartas náuticas, desenhadas pelos cosmógrafos de então, sendo o mais conhecido João Teixeira Albernaz II o que mais se ocupou do Brasil.

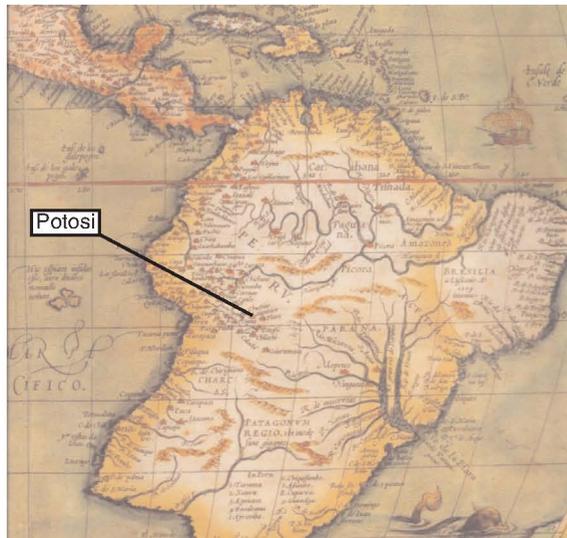


Fig. 3 – A América do Sul de Ortelius datada de 1570. Já conhecidas no Peru as minas de Potosí.

Apenas referiam as costas cujas informações eram obtidas pelos pilotos que as percorriam, porque do interior, excepção feita a alguns rios que sendo com grande volume de água poderiam ser

navegáveis e reconhecidos, nada se sabia, pelo que as suas cartas são preenchidas com imensas figuras de montanhas e rios quase completamente imaginadas além de outras informações (Ortelius 1570).

A América espanhola deu logo a Espanha o Eldorado, em ouro e prata. Os luso-brasileiros do sul da zona de S. Paulo, só no século XVII encontraram ouro. A primeira fundição foi construída em 1694, e só em 1698 a exploração dava rendimento.

Os portugueses em 1415, tomam Ceuta e em 1498 chegam à Índia. Castela (Espanha) com perturbações internas e incompleta a reconquista cristã da Ibéria, não conseguiu a mesma expansão ultramarina de Portugal até o final do século XV.

Ao serviço de Castela, Colombo descobriu umas terras que depois foram chamadas de América, mas que erradamente Colombo julgava serem o Japão e a Índia.

Houve assim necessidade de obter um Tratado de Capitulação de Partição do Mar Oceano, o Tratado das Tordesilhas datado de 1494. Mais tarde os tratados de fronteiras no século XVIII serão os de Utrecht em 1713, de Madrid em 1750 e o de S. Ildefonso em 1777.

O Tratado de Tordesilhas foi o primeiro acto

relevante de diplomacia moderna, resolvido entre Estados e não por decisão do Papado.

A divisão e a partilha das terras descobertas estariam condicionadas por uma linha, o meridiano que passava a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde.

Por definir ficou:

-o tamanho da légua;

-qual a ilha de Cabo Verde a ser considerada;

-a exactidão com que se determinavam as longitudes nessa data.

No entanto apareceu pela primeira vez a noção de “*propriedade sobre territórios alheios*”, porque até essa altura somente pequenas feitorias eram colocadas nos territórios a explorar comercialmente e os régulos ou sobas das regiões eram respeitados sumariamente pelos descobridores.

De notar que, tanto o Tratado de Tordesilhas limitando as áreas de influência portuguesa, como a agressividade dos indígenas (conhecidos por índios, dado que Colombo julgava ter chegado à Índia), como o clima péssimo para europeus, como o próprio meio ambiente selvagem em flora e fauna, limitaram em muito o estabelecimento de povoações nas regiões mais afastadas da costa.



Fig. 4 – O Tratado de Tordesilhas (Torre do Tombo, Lisboa)



Fig. 5 – Divisão do mundo pelo Tratado das Tordesilhas em 1494.

Excepção feita às missões católicas que se iam internando no sertão para captar almas, só o achamento do ouro e de outras pedras preciosas levou outros europeus a penetrar no interior brasileiro.

No século XVII já o fenómeno das “entradas e bandeiras”³, permite que se intensificasse o conhecimento dos sertões, em paralelo com o trabalhos dos missionários.

3-O Brasil Colónia

(Séc. XVI- D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião e D. Henrique)

Após os primeiros contactos de Portugal com a América Lusitana (Brasil), entre 1500 e 1530, procedeu-se à colonização sistemática com judeus e degredados que constituíram o primeiro núcleo da população. Do Reino seguiam para o Brasil carregamentos de mulheres mais ou menos perdidas.

O Brasil passou então a ser asilo, couto⁴ e homiziado⁵, garantido a todos os criminosos que aí quisessem ir morar, havendo excepções para réus de heresia, traição, sodomia e moeda falsa, que não poderiam ir.

A costa do Brasil foi então dividida em Capitánias, onde os capitães gerais tinham todos os poderes, menos o de cunhar moeda. Estas capitánias podiam estender-se até 50 a 60 léguas para o interior da costa, à medida que as conquistas dos donatários fossem progredindo. Outras capitánias particulares criadas entre 1620 e 1674, eram quase todas no vale do Amazonas e

nos seus insípidos e inóspitos sertões, pelo que não vingaram, e quase todas voltaram à coroa ou por abandono, por morte de donatário sem herdeiros, por confisco ou por cobra de direitos, sendo este processo o mais utilizado no séc XVIII.

Curioso saber que as “famílias nobres de Portugal” enviaram “ramos” para o Brasil constituindo aristocraticamente uma população nordestina.

Existe um contraste nítido com as emigrações espanholas para a América Central e Ocidental. “Era certeza entre nós portugueses, a esperança de achar na América Oriental o que na Ocidental enriqueceu Castela” mas tal só sucedeu mais tarde.

D.João III, quando João de Barros renunciou à Capitania do Maranhão, cedeu-a a Luis de Melo que partiu do Reino com cinco navios para “penetrar no Amazonas até às minas a leste do Peru”. Como estes navios naufragaram no Maranhão, essa aventura foi adiada e a colonização agrícola começou a sério nesta capitania.

Na América, as “bandeiras” trilhavam os sertões para “descer índios”, tal como em África se invadia os sertões para “caçar negros” e vendê-los como escravos.

-de 1500 a 1580, primeiros contactos com autorização do governo de Lisboa;

(Séc. XVII Filipes I,II, e III)

Na Era Filipina:

-em 1616 expulsão dos franceses de S. Luís do Maranhão e fundação de Belém (do Pará), com a construção do Forte do Presépio de Sta.Maria de Belém. (já se estava no período).

-1621, criação do Estado do Maranhão e Grão Pará, independente do Estado do Brasil, com contactos directos a Lisboa, pois era mais fácil ligar-se a Lisboa do que à Bahia ou ao Rio de Janeiro.

-1637/1639, expedição de Pedro Teixeira, declarando que para Leste de Franciscana (actual Equador) tudo era português.

³ Entradas e Bandeiras - As Entradas e Bandeiras foram expedições organizadas para explorar o interior do Brasil, com o propósito de procurar riquezas minerais, tais como ouro, prata e pedras preciosas. Destinavam-se também a caçar e apresar índios para escravizá-los.

⁴ Couto, do latim *Cautum* (cotum, coto, couto e coito), definia, no século IX, um lugar imune. O termo também era utilizado como ordenação, multa, apreensão de bens, protecção, limite e marco. As doações de couto, frequentes entre os séculos IX e XIII, como expressão senhorial, implicavam o privilégio da proibição de entrada de funcionários régios (juizes, meirinhos, mordomos, etc.) na terra coutada.

⁵ "Homiziado", que anda fugido à acção da justiça.

Após a restauração de Portugal, (1640, D. João IV)

-1647/1651, o bandeirante António Raposo Tavares viajou de S.Paulo a Belém, 5000 km pelo sertão, mostrando ser possível viajar pelo Rio Madeira e sua ligação aos Andes.

Com boa organização só em 1647, a “bandeira dos limites” como foi chamada a expedição de António Raposo Tavares, se atreveu a chegar a regiões recônditas e com reconhecimento geográfico, tentou descobrir eventuais ligações entre as bacias dos grandes rios Paraguay e Amazonas. Este bandeirante, natural de Beja, demandou os Andes, alcançou as cabeceiras do rio Guepai, retrocedeu pelo rio Mamoré e depois pelos rios Guaporé e Madeira, desceu o Amazonas até Belém do Pará.

Também dos Rios Negro e Branco foram expulsos os franceses a norte do Amazonas, e expulsos os jesuítas espanhóis do Rio Solimões, e junto ao Rio Madeira e a oeste do Rio Guaporé.

Para se garantir conservar as conquistas territoriais na Amazónia, as acções foram executadas por expedições oficiais, missionários, entradistas e bandeirantes.

Outro português, Manuel Félix de Lima, como não conseguiu achar ouro, fez uma viagem desde o Pantanal até Belém do Pará, mas como reconheceu novos caminhos de acesso às minas, foi preso e deportado para Portugal, em conformidade com uma lei que não permitia que se abrissem novas “vias” a partir das minas, efectivamente para não facilitar o contrabando do ouro. No entanto, o seu trabalho chamou a atenção das autoridades para se reconhecer o itinerário para Cuiabá, fora da “estrada das monções”⁶ de tão difícil acesso.

Assim, foi montada nova expedição sob o

⁶ Os percursos florestais, como eram mais facilmente percorridos nas épocas do ano que coincidiam com as “monções” do Oceano Índico, muito conhecidas dos navegadores portugueses, e que após as chuvas melhoravam a transitabilidade nos rios e ribeiras brasileiras, daí o nome de “estrada das monções”, “monções do norte” e “monções do povoado” dado a esses itinerários.

comando do Sargento-mor Luís Fagundes Machado, expedição essa que deu para produzir uma carta hidrográfica da zona, a qual foi de excepcional valor para a assinatura do Tratado de Madrid em 1750.

Resumo dos acontecimentos principais do século XVIII:

1706	D.João V governa
1715	Tratado de Utrecht
1719	Minas em Mato Grosso
1723	1º pé de café da Guiana , Palheta
1722	Mapa de, de l’Isle
1725	Diamantes em Minas Gerais
1742	Caminho do Pará, Guaporé
1745	La Condamine no Peru
1750	D.José I governa
1750	Tratado de Madrid
1755	Terramoto de Lisboa. Pombal.
1759	Expulsão dos Jesuítas
1763	Capital Rio de Janeiro
1777	Tratado de S.Ildefonso, limites do Brasil.

Depois de D. João V e seus “padres matemáticos”, Diogo Soares e Domingos Capassi elaborarem o “Novo Atlas do Brasil”, as negociações com Espanha continuaram, mas quem de facto continuou as negociações, por perto de 3 anos, foi Alexandre de Gusmão secretário do



Fig. 6 – Alexandre de Gusmão

mesmo rei durante cerca de 20 anos, que de facto apresentou um projecto digno de convencer ambas as partes litigantes.

Os espanhóis afirmavam que os portugueses “teriam ocupado na América um território equivalente a centenas de léguas”. No entanto, Alexandre de Gusmão terá chamado a atenção para o facto de aqueles terem ocupado as Filipinas e as Marianas que se situavam na zona de Portugal, segundo o Tratado das Tordesilhas, ou sejam 22 graus meridianos, em longitude, a mais, o que equivaleria aos territórios do Peru e de Nova Granada, juntos. Tal não chegaria para ressarcir Portugal, das perdas no Oriente.

Há uma ideia, por certo errada, que os Jesuítas pretendiam dominar o Mundo em nome de Deus, não só com armas espirituais mas também com riqueza, com a arte e com a força, criando assim estados ou nações jesuítas.

Entre 1560 e 1565, os colonos e os jesuítas tiveram ajudas na eliminação dos indígenas

rebeldes aproveitando os surtos epidémicos de bexigas e da peste, que apanharam por contactos com os imigrantes europeus. Expulsos os franceses e dominados os indígenas, as missões

estabelecem-se no sertão e os jesuítas governaram na Bahia. Os governadores que se lhe opunham tiveram de abdicar e fugir, tal como aconteceu por vezes em Angola e em S. Tomé. Nas aldeias das missões jesuítas, o trabalho dos indígenas era monopolizado em proveito das mesmas aldeias. Os colonos não dispoñdo do trabalho dos indígenas aldeados, aumentaram o número de

“bandeiras” para caçar indígenas.

No Sul do Brasil, o regime de colonização livre dominava, era mais segura e menos opulenta que no Norte. Em S. Paulo já se percebiam os rudimentos de uma nação, mas a Bahia e as dependências do Norte eram uma “fazenda” de Portugal na América. Depois de assegurada a prosperidade de Pernambuco, os colonos



Fig. 7 – As capitánias no Brasil

voltaram-se para o Maranhão.

Em esquema, o litoral do Brasil foi sendo ocupado de sul para norte:

Na era filipina (Séc.XVI)

1581- Paraíba

1590- Sergipe

1597/99-Rio Grande do Norte

(Séc.XVII)

1615- fundada Belém do Pará.

1623- exploração do rio Amazonas.

1624-criado o estado do Maranhão (percebe-se que os governos se interessaram pela exploração do Brasil Equatorial, até esta data esquecido).

1637/39-Pedro Teixeira, com 70 soldados e 1000 indígenas, sobe o Amazonas até Quito no peru e volta a Belém. Trilharam-se os vales do Amazonas e seus afluentes com os seus sertões.

Após a Restauração (D.Afonso VI)

1671-O Piauí foi avassalado.

(Séc.XVIII D.João V)

1713- O tratado de Utrecht deu como portuguesas as duas margens do Amazonas.

Geografia Brasileira:

A dimensão dos Estados Unidos do Brasil estende-se da Barra do Oiapoque (2°24' Norte) à Barra do Chuí (33°45' Sul), ocupando em latitude 36°09' ou seja o equivalente a 4.000 km de norte a sul.

Como já foi referido, o território do Brasil tem a superfície igual a toda a Europa e tem uma área correspondente a 100 vezes a área de Portugal.

Os três grandes rios do Brasil são: o Amazonas, o S.Francisco e o da Prata. Para efeitos administrativos o Brasil entretanto foi, ainda na vigência dos Filipes, dividido em dois estados, o de “Maranhão e Grão Pará” a norte e o propriamente “Brasil”, a Sul. No ano de 1750, quando se assinou o tratado de Madrid, do território do Brasil só eram conhecidas as costas marítimas, e alguns dos principais rios, que foram servindo para que os bandeirantes fossem penetrando nas zonas que

lhe tinham sido doadas, e fossem criando povoações de apoio aos seus negócios.

É sabido na história, que o interesse português no Rio da Prata era unicamente devido à possibilidade de piratear os navios que atravessavam a boca do mesmo rio, carregados de prata que vinha do interior montanhoso (minas de Potosi) e a transportava para Espanha. Daí o interesse de Portugal sobre a área do actual Uruguai.

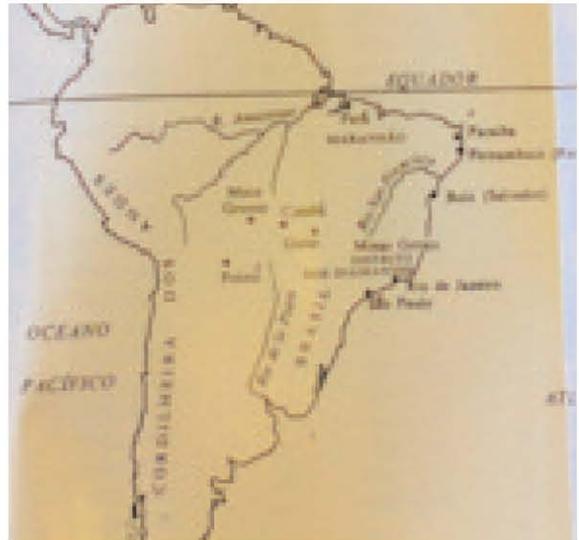


Fig. 8 – Os rios do Brasil

Todas as lutas à roda deste rio e seus afluentes, Paraguay e Paraná se desenvolveram pelo interesse do transporte do metal que lhe deu o nome (Prata) principalmente das minas de Potosi.

Os 10 países que com o Brasil fazem fronteira, quase todos falando espanhol, exceptuando as três Guianas, que foram colonizados por outras nacionalidades, levaram 500 anos para oficializarem de facto as suas fronteiras e embora politicamente resolvidas, continuam a ser de muito difícil controlo para qualquer polícia ou gendarme que as guarde. São tão fluidas, tão extensas e ainda definidas em zonas florestais e de pantanais, que o seu domínio continua a ser especulativo.

4-Cartografia Portuguesa no Brasil⁷

A Carta de Marear⁸ era funcional porque uniu a sua universalidade, à expansão ultramarina de Portugal e permitiu que a navegação contemporânea dos descobrimentos fosse um êxito. A mesma Carta de Marear só configurando as costas acessíveis aos navegadores, permitiu que os continentes e ilhas fossem delineadas, inscrevendo as fortificações nos respectivos lugares, e acrescentando informações como as



Fig. 9 – A costa do Brasil no séc.XVI

⁷ Elementos obtidos num artigo do Engenheiro Geógrafo Sebastião da Silva Furtado.

⁸ Cartas marítimas elaboradas pelos pilotos e cartógrafos de Portugal.

rosas de rumos, o meridiano graduado, o tronco de léguas, e as loxodrómicas, necessárias para uma boa carta náutica. Consultando a obra “Portugalia Monumenta Cartográfica” facilmente se verifica que a Cartografia do Brasil saiu das mãos de Pedro Nunes, dos Reineis, de Diogo Ribeiro, de Diogo Homem, de André Homem, de D.João de Castro, de Bartolomeu Lasso, de Perestrelo, de Luis Teixeira, e de Duarte Pacheco Pereira, tudo no século XVI. Entre todos, Diogo Homem considera o Brasil delimitado desde o Amazonas ao Rio da Prata.

Segue-se no séc. XVIII, uma época com mapeamento mais rigoroso, sério e prodigioso, com fins geopolíticos, respeitando as conveniências administrativas, de defesa e principalmente para corresponder à realização das demarcações originadas pelo Tratado de Madrid em 1750 e o de S. Ildefonso em 1777.

Face às exigências de rigor para se poder marcar com garantia, as linhas de fronteira do Brasil com todas as outras colonias espanholas sitas na América do Sul, são instaladas, primeiro na Bahia, depois no Rio de Janeiro, “Aulas de Fortificação”, com a finalidade de formar militares “com exercício de engenheiros” de onde saíram:

José da Silva Pais	governador do Rio de Janeiro
José Custódio de Sá e Faria	governador de Santa Catarina
António Rolim de Moura	primeiro governador de Mato Grosso
Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres	governador de Mato Grosso

E aparecem no Brasil trabalhos cartográficos de:

João de Abreu Gorjão	em 1742
Tosi Colombina	em 1751
Governador Vahia Monteiro, conhecido por - o Onça.	
Padres Cocleo e Luís de Albuquerque	

Na era de D. João V, o aparecimento do ouro no Brasil, e de Alexandre de Gusmão⁷, político e empreendedor, foram contratados astrónomos, adquiridas obras escritas, criados observatórios, determinados imensos levantamentos topográficos dando início à *Segunda Política Cartográfica de Portugal*.

A *Primeira* tinha sido ligada aos descobrimentos, que deu:

- a Portugal a hegemonia mundial
- à Europa o Renascimento
- salvou a Europa das bordas turcas
- a meio mundo o "ecumenismo".

A *Segunda* legitima a posse do Brasil, dentro da tese "limite e confim", que segundo Pedro Calmon (História do Brasil) determinou o recrutamento acelerado de uma elite de militares inteligentes e cartógrafos hábeis, de marinheiros práticos e de administradores lúcidos.



Fig. 10 El Rei D. João o Quinto este nome.

D. João V mandou:

- esclarecer a geografia dos seus domínios
- fazer-lhes as cartas
- marcar as coordenadas
- reunir todos os estudos diversos ou esquecidos

⁷ A luta de Alexandre Gusmão com o Marquês de Pombal, cou-lhe alguns desgostos, mas manteve a orientação para o Tratado de Delimitação das Fronteiras do Brasil em 1750.

Em 18 de Novembro de 1729, nomeou dois religiosos jesuítas, peritos em Matemática, chamados Diogo Soares e Domingos Capassi, para "fazerem mapas das terras do Brasil, não só pela marinha mas pelos sertões". Pretendia "obter cartas precisas e informações fidedignas", de forma a "conhecer com toda a distinção os distritos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação...", mas a finalidade principal e sigilosa era definir as fronteiras com vista no futuro tratado com a Espanha, que veio a ter lugar em 1750.

Estes dois jesuítas, constituíram a primeira Expedição Filosófica enviada a qualquer das Américas, por uma nação europeia.

Desta expedição resultaram:

-Instalação do observatório astronómico no Colégio da Companhia de Jesus, no Morro do Castelo no Rio de Janeiro.

-Determinação do meridiano do Rio.

-26 cartas e plantas.

-18 notícias práticas (relatórios) de minas e caminhos.

-200 posições astronómicas.

-Com bases firmes, o primeiro rascunho do Brasil, incluindo a "Marcha Para o Oeste" que os bandeirantes tinham empreendido.

A partir desta "*Segunda Política*" todos os lugares chaves do governo do Brasil são coadjuvados por engenheiros ou cartógrafos:

Políticos	Técnicos
Vice Rei Conde de Galveia	Eng ^o Francês Fr. Estevão Lorto
Gomes Freire de Andrade	Mestre de engenheiros e cartógrafo José Fernando Pinho Alpoim
Governador de Maranhão e Pará Francisco Mendonça Gorjão	Sargento Mor geógrafo e cartógrafo José Gonçalves da Fonseca
Governador de Santa Catarina Brigadeiro José da Silva Pais	Ele mesmo cartógrafo
Governador da Capitania de Goiás Conde de Arcos	Geógrafo e cartógrafo Francisco Tisi Colombina
Governador de Mato Grosso António Rolim de Moura	Ele mesmo engenheiro e cartógrafo

Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional de 1903/1904

Na Sociedade de Geografia de Lisboa onde se realizou a exposição acima referida, existem diversos mapas referentes ao Brasil na sua quase totalidade anteriores a 1822 e neles constam descrições da forma como foram executados e outras observações pertinentes. Dessa mapoteca extraímos algumas citações que reputamos de algum interesse.

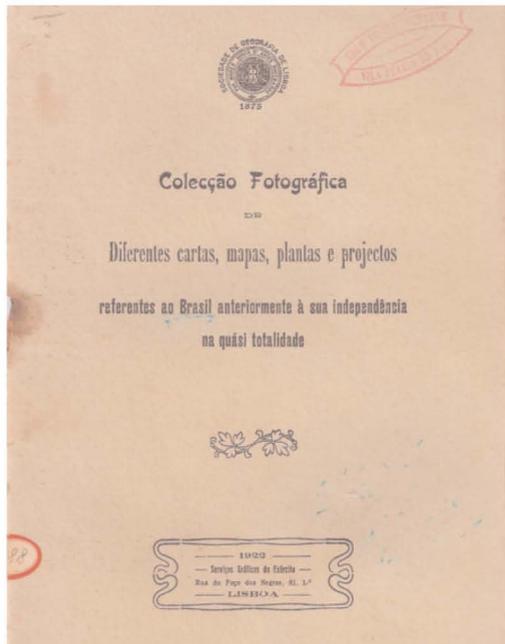


Fig. 11 – Capa do catálogo da Sociedade de Geografia de 1922.

a-Carta Geral do Brasil

Desenho original de José Joaquim Freire. Escala de 1 grau equivalente a 0,043m. Manuscrito colorido sem título, nem data ou nome de autor.

Neste mapa, que, pela forma e maneiro do traçado e pela letra, parece um trabalho de José Joaquim Freire, a fronteira norte está descrita, entre a Guiana francesa, pelo rio Araguay desde a foz até à origem e pelo paralelo desta origem até além do rio Trombetas, chegando ao Rio Branco. O limite com a Guianaholandeza (terra dos holandeses) segue pelo meridiano da origem do rio Maroni-cujá, passando pela nascente do

Camapi, até à cordilheira que forma a separação de águas com o rio Trombetas; continua para oesnoroste por essa cordilheira até às nascentes do Essequibo, cortando o Rupunury para noroeste em direcção à Caxoeira do Vrubú da Fome, de onde ao depois inflecte pra o norte.

É preciso notar que o rio Colsoene é denominado – ou de Vicente Pinzon e isto pela circunstância de em alguns tratados modernos de geografia se dizer que o Brasil pretende confundir o rio Japock ou de Vicente Pinzon com o Oyapock. Ora desde que Vicente Pinzon seja o Colsoene deixa de existir confusão e fácil é mostrar que Oyapock e Japock são ambos o mesmo rio.

O rio Colsoene desagua no Oceano pelo norte do Cabo do Norte em cerca de 2º 5' de latitude norte e foi tomado como ponto de partida da fronteira com a Guiana francesa em alguns outros mapas, o que não deixa de ter importância.

Esta carta comparada com a fotografia da carta chamada Nova Lusitânia, apresenta uma perfeita identidade na parte que interessa quanto à geografia física, sobre tudo na folha que corresponde à região norte e ocidental do Brasil contendo o Rio Negro e a bacia do Rio Branco. Nesta parte o traçado deste último rio, a disposição das montanhas, a forma do desenho, é inteiramente igual à da carta da Nova Lusitânea.

Na folha lateral da anterior, correspondente à costa, existe porém, uma pequena diferença na representação de uma parte da ilha de Joannes, mas neste ponto, a prova fotográfica seja de outro desenho que tivesse sofrido correcções provenientes de levantamentos subsequentes. Na primeira destas duas folhas junto à parte em que termina a prova fotográfica daquela carta, está um espaço rectangular, no comprimento da folha, deixado em branco, sem dúvida para inscrever quaisquer dizeres: talvez os fundamentos da carta, autores, planta, etc.

Na cordilheira paralela ao Equador, de onde brota para sul o Rio Branco, não está escrita cousa alguma, mas à esquerda lê-se a indicação política –Caribana.

Ao sul, ao lado direito da flexa que indica o N-S nas origens dos rios Capaná e Baetas, existe também a nota: “As margens do rio Madeira são infestadas de gentio Mura”.

Resumindo, por todas estas razões: identidade de divisões político-administrativas, traçado igual dos rios sem a menor discrepância, configurado das montanhas perfeitamente análogo, plantas laterais dos portos e as minutas parcelares da carta arquivada com ela, não resta dúvida de que este exemplar é um desenho de Freire da carta geral do Brasil a que se chamou Nova Lusitânia.

b-Mapa Geográfico, que mostra toda a Fronteira do Comando do Rio Pardo:

Inclui os terrenos conquistados ao Norte e a Oeste da mesma fronteira, parte da fronteira do Rio Grande, com os terrenos avançados pelo lado Ocidental e das Freguesias do interior até à Vila de Porto Alegre. Extraído, reduzido e ordenado, tanto dos planos exactos da última demarcação de Limites, como dos antigos e das melhores informações a respeito dalgum terreno que se não tem ainda podido configurar, para servir de inteligência a algumas questões presentemente suscitadas, em quanto se não conclue o Mapa geral da capitania do Rio Grande em que trabalham e teem tabalhado os geógrafos de predita Demarcação, sendo esta parte dele ordenada por ordem do Governador da referida Capitania, pelo Sargento Mor Engenheiro José de Saldanha e acabada de configurar a afeição pelo Coronel do mesmo corpo Alexandre Eloi Portelli no ano de 1806. Manuscrito colorido em moldura medindo 0,93mx0,83m.

c-Carta topográfica aonde se compreendem as Capitánias de que se compõem ao presente o

Governo de Pernambuco:

E’ uma aguada. Na parte superior tem o seguinte dístico, em toda a largura: “Etelegieos in messorimesos in terrislongisquis”: a do meio do título está o braço das quinas encimado pela corôa portuguesa. Na parte inferior do mappa, subordinada ao título “Configuração da Villa de S. António do Recife observada do Sul para o Norte” está a perspectiva da referida villa. Pela parte superior de perspectiva, á direita, lê-se uma curiosa dedicatória concebida nos seguintes termos:

“Ill.mo e Ex.mo Sr. A propensão centrífica a que os Geometras atribuem a conservação da máquina do mundo; confessando que da sua virtude está pendente a união deste grande Composto; foi a razão mais forte que me persuadiu a que esta Carta Topográfica, em que descrevi as Terras Meridionais deste Novo-Mundo, tenha a sua natural inclinação dirigindo-a a V.Exa. em cuja Illustríssima Pessoa depositou a experiência a compreensão de toda a AmericaPortuguesa desde a embocadura do Rio Prata até além das Gargantas do grande Rio das Amazonas, quando V.Exa. em Serviço do Soberano Fidelíssimo com tanta honra da Nação tem calculado, praticado e ainda governado grandes estados, com que se fez a sua alta Inteligência hum Todo deste dilatado Continente.

Por este grande motivo, e o de ser Pernambuco no prezente tempo, devedor no aumento das suas Povoações ao Directorio estabelecido e propagado já co antecipaçoão por V.Exa. nos Estados de Gram Pará e Maranhão, onde eu tive a onra de ser testemunha da disposiçoão de tam importante detalhe, pelo qual se converterão nestas Capitánias as antigas Aldeias e em novas Villas, q nesta carta vamsignaladas nas posituras em que existem: quem duvida que seria grande incúria da minha eleição se a outro patrono, que não fosse V. Exa. dedicasse este compendiado desenho. Estas considerações, que em mim sugerirão a

sinsriedade desta oferta, seram as mesmas que me habilitem, para na suma bondade de V.Exa. ficar desculpada tão pequena oblação, ainda quando reconheço e o Mundo todo, ser V.Exa. digníssimo objecto de mais relevante Sacrificio. Recife de Pernambuco 31 de Março de 1766 José Gonçalves da Fonseca.”

[se não é bajulação, o que será?]

d-Destes documentos cartográficos e de muitos outros, foram feitos documentos como a Carta da Nova Lusitânia e o Mapa das Cortes.



Fig. 12 – Carta da Nova Lusitânia

Para um país com mais de 8.000.000 de Km² e uma fronteira marítima de cerca de 7.000 Km, não deve alarmar nenhum leitor mas sim convencê-lo das dificuldades da sua demarcação em espaço, tempo, contratemplos, definições, se fronteiras são artificiais ou naturais, interesses dos países dos habitantes autóctones e não autóctones e ainda os interesses dos “contrabandistas de fronteira”.

Até à assinatura deste tratado, os limites geográficos do Brasil e do Maranhão e Grão Pará, eram fluidos e indefinidos.

A carta Nova Lusitânia executada por António Pires da Silva Pontes Leme em 1728 por ordem do ministro Sousa Coutinho, teve a ajuda do desenhador José Joaquim Freire, antigo desenhador na viagem filosófica que Alexandre

Rodrigues Ferreira fez ao rio Madeira. Esta carta foi completada com informações de outras 86 cartas de vários técnicos que trabalharam na demarcação dos limites brasileiros.

Esta carta também é chamada de “*Carta Geográfica de Projecção Esférica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil*”. A edição que se encontra na biblioteca da Universidade de Coimbra é de 1797.



Fig. 13 – Mapa das Cortes. ou “*Mapa de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de Espª. en la America Meridional*” (1749)

Diz Tadeu Rezende e com toda a razão, que “*este mapa é uma “caricatura do Brasil”, construído com a intenção de não atemorizar os políticos espanhóis, pois todo o Brasil foi desviado para Leste, propositadamente errado nas suas longitudes, diminuindo as áreas desejadas pelos portugueses*”.

O Alto Paraguay foi desviado para Leste entre 4 e 7 graus, o comprimento do rio Amazonas-Solimões reduzido de 3 graus e seus afluentes Madeira, Guaporé e Tocantins, foram desviados também 9 graus em longitude.

Mas este Mapa das Cortes foi aprovado por ambas as Cortes.

5-A Amazónia e o rio Amazonas

Introdução

A Amazónia, tão extensa que se espalha por oito países da América do Sul, quase 60% é brasileira. As suas linhas de água, na maior bacia hidrográfica do mundo, permitem navegabilidade por 80.000 quilómetros. A sua área ocupa uma superfície de mais de cinco milhões de km², cerca de 61% do território brasileiro e 2/3 das fronteiras geográficas do Brasil estão na Amazónia. Daí as dificuldades sentidas pelas “Partidas de Demarcação de Fronteiras” e também a razão deste capítulo.

Em 1981, Robert Southey¹¹ afirmava, num seu livro que *“Jamais houve nação que em proporção dos seus meios fizesse como a portuguesa. Pequeno como é Portugal, um dos mais diminutos reinos da Europa e longe de ser bem povoado, apoderou-se por bom direito de ocupação da parte bela do Mundo Novo e suceda o que suceder sempre o Brasil há-de ser herança do povo lusitano”*.



Fig. 14 – Rio Amazonas com uma das muitas corredeiras, cascatas no seu percurso.

O Rio Amazonas é o segundo rio mais extenso do mundo com 6751 quilómetros de extensão. Nasce no lago Lauri no Peru, nos Andes a 10^o de latitude sul. O seu declive no Brasil inicia-se em Benjamim Constant a 65 metros de altitude e para chegar à cota zero, no Oceano Atlântico, percorre mais de 3000 quilómetros. O nome do Amazonas varia conforme as zonas que banha:

Nos países andinos	Rio Marañon
No início no Brasil	Rio Solimões
Ao cruzar com o Rio Negro	Rio Amazonas

A sua largura média é de 5 quilómetros e por vezes de uma margem não se vê a outra. O Amazonas contrai-se na zona de Óbidos, ficando com uma largura de 1,5 quilómetros, e uma profundidade de 100 metros. Sente-se os efeitos das marés a 1000 quilómetros da foz e lança no Atlântico uma corrente de água doce ou salobra, ainda sentida a 200 quilómetros da foz. Tem como afluentes:

	Margem Direita	Margem Esquerda
No Peru	Huallaga Ucayali	Pastaza Napo
No Brasil	Javari Juruá Purus Madeira Tapajós Xingu	Içá Japurá Negro Trombetas Paru Jari

Fenómenos de referir na bacia hidrográfica:

- Pororoca - encontro violento das águas do Amazonas com o oceano, em Outubro, também conhecido por macaréu.

- Marés de água doce, duas por dia.

- Terras caídas por solapamento¹² das margens.

Os rios desta bacia hidrográfica, são muito navegáveis, de Junho a Dezembro. Nestas alturas os ventos e as correntes das águas opõem-se, permitindo navegar rio acima com os ventos e rio abaixo com as correntes.

A ocupação europeia da Amazónia só teve lugar cerca de 1590, ou seja quase um século depois da descoberta da América.

Portugal tentou e conseguiu descobrir o caminho para a Índia através do Atlântico, e Castela também tentou mas tinha que atravessar um continente completo, a América.

¹¹ Historia do Brasil.

¹² Afundamento de solos

Charles R. Boxer¹³ em 1981 escreveu: “De facto, a maior contribuição intelectual que os portugueses, através das suas viagens marítimas, proporcionaram à Europa, foi o conhecimento geográfico e a exactidão náutica. As suas cartas e rotas eram as melhores da Europa. Os portugueses foram na realidade, os descobridores dos impérios marítimos europeus.”

Parece que a foz do Rio Amazonas teria sido descoberta ou por Américo Vespúcio ou por Vicente Pinzón, portanto por não portugueses ao serviço de Espanha.

Em 1616 Francisco Caldeira de Castelo Branco constrói o forte Presépio de Santa Maria de Belém, tomando conta da foz do Amazonas.

Além das lutas, catequizações e outros métodos de conquista, a miscigenação de ameríndios e brancos, portugueses de nascimento ou não, contribuiu e muito para a conquista e ocupação de toda a Amazônia.

Esta região permaneceu brasileira em decorrência do esforço e do empenho político empreendido por Portugal para a manutenção dessa vasta região como parte integrante do seu império colonial ultramarino.

Os europeus no Amazonas

Colombo, na sua terceira viagem, ao alcançar em 1498 a Ilha de Trinidad, viu “Terra Firme” pela primeira vez, e continuando junto à costa sul-americana alcançou a foz do Rio Orenoco, o que o levou a concluir que tinha efectivamente chegado à Ásia.

Pode ser verídico que algumas frotas espanholas tenham chegado à Terra Firme antes de portugueses terem chegado a Porto Seguro em 22 de Abril de 1500, como as esquadras de Alonso de Ojeda, de Vicente Yañes Pinzón ou de Diego de Leppe, mas o que é correcto é que Pinzón foi o primeiro explorador do Amazonas, rio a que chamou de “Santa Maria de la Mar Dulce”, mas o

seu erro é que considerou ter encontrado o Rio Ganges. Este navegador foi o capitão da caravela Pinta da esquadra de Colombo.

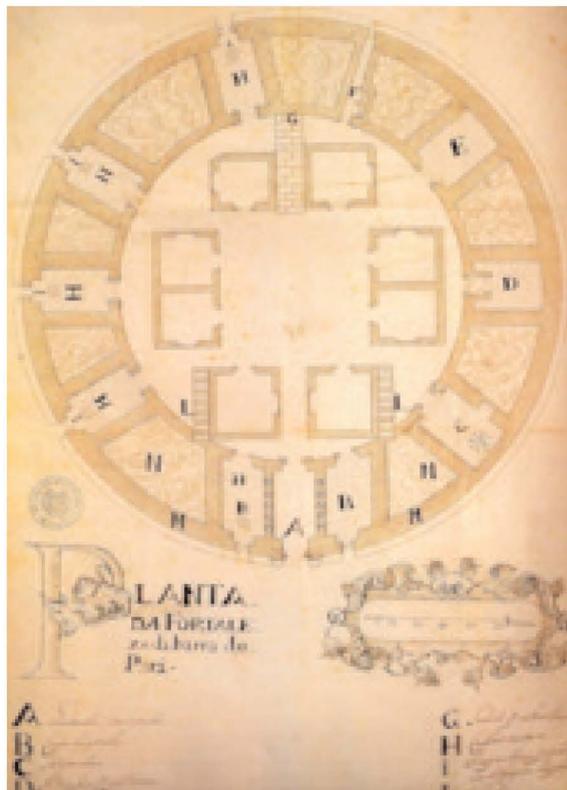


Fig. 15 – Planta da Fortaleza do Pará 1696

Pinzón como todos os navegadores europeus da época, tinha tomado parte de acções de pirataria no Mediterrâneo, e em 1499 convenceu os Reis Católicos de Castela a continuar a navegar para sul e sua família equipou quatro caravelas, que tendo largado de Cadiz, navegaram até Cabo Verde, tendo sido depois arrastados por mau tempo para a costa do Brasil, onde acostaram a 26 de Janeiro de 1500, portanto antes de Pedro Álvares Cabral. Bordejando as costas brasileiras deve ter descoberto o Rio Amazonas e o Rio Orinoco. Regressando a Castela verifica que a viagem foi um fracasso económico e foi o primeiro a indicar que os indígenas dessas costas eram antropófagos. Foi portanto o primeiro europeu a navegar no Rio Amazonas.

Após o achamento (oficial) de Cabral, pensava-se que o Brasil era mais uma ilha no Atlântico, mas

¹³ Professor de Civilização Portuguesa na Universidade de Londres

diferentemente das outras ilhas que não tinham população, esta era povoada por nativos selvagens, pelo que Portugal utilizou a técnica das Feitorias tal como fizera em África.

No entanto, o litoral sul-americano no século XVI não convidava ao estabelecimento de europeus, pois as dificuldades de fixação eram imensas com costas desérticas, baixios na vizinhança da foz do Amazonas e outros rios, e nas Guianas a existência de imensos mangais. Nesse século os portugueses não tentaram estabelecer-se na Amazônia, mas estavam preocupados com o controlo da costa do Brasil.

Tentativas de instalações anteriores aos portugueses

Desde 1504 que os franceses tentaram instalar-se no Brasil, principalmente para a exploração do “pau-brasil” único produto explorado após a chegada dos portugueses. Instalaram-se no cabo de S. Roque, no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro.

Em 1556, Nicolas Villegagnon, desembarcou na ilha que tem o seu nome, na baía da Guanabara, fundando a “França Antártica”, sendo expulso pelos portugueses somente em 1567 (11 anos depois).



Fig. 10 – A fortaleza na ilha da Villegagnon na baía do Rio de Janeiro.

Em 1580 a permanência de Portugal só estava consolidada com núcleos em:

- Bahia
- Pernambuco
- Rio de Janeiro

-S. Vicente (depois S. Paulo)

Portugal sob o domínio dos Filipes, resolveu conquistar o litoral pernambucano, Itamaracá na Paraíba, e o Rio Grande do Sul, para expulsar os franceses.

Em 1598 construiu o forte dos Três Reis Magos que deu origem à vila do Natal, no rio Potengi, no actual Rio Grande do Norte.

Em 1608 é construído o forte N^o. Senhora do Amparo, entre a Paraíba e o rio Ibiapava, no litoral do Ceará e a cantinho do Maranhão por terra desde Pernambuco.

Em 1612 os franceses tentaram instalar-se na ilha do Maranhão onde fundaram a “França Equinocial” e S. Luis do Maranhão.

Em 1613, o rei da Ibéria, Filipe II, ordena ao governador do Brasil, Gaspar de Sousa, que estabelecesse residência em Olinda, para “expulsar os franceses e outros invasores, e ... prosseguisse a conquista do rio das Amazonas e adjacências”.

No mesmo ano de 1613 foi fundado o forte de N^o. Senhora do Rosário, no Buraco das Tartarugas (Jericoacoava) no Ceará, próximo da ilha grande do Maranhão.

Jerónimo de Albuquerque comandando as tropas de reconquista do Maranhão, fundou o arraial de S^o. Maria em Guaxenduba.

Após Filipe II determinar a continuação das lutas, que estavam à espera de resolução real, La Ravardiére chefe francês, rendeu-se a Jerónimo Albuquerque que passou então a governar a nova colónia com sede em S. Luis do Maranhão.

Fundação de Belém (do Pará)

É certo que a ocupação da Amazônia teve lugar no período dos Filipes e a razão principal foi o receio espanhol de uma possível incursão holandesa ou inglesa que teria por finalidade a ocupação das minas de Potosí no Peru.

Diziam as ordens do Vice Rei de Portugal, dirigidas ao governador geral do Brasil “... concedia a seu regimento poderes para que se

fizesse a jornada do Gram Pará e do Rio Amazonas, e se botassem delles os estrangeiros que aly residem”.

Em 12 de Janeiro de 1616, Castelo Branco saiu do forte de S. Luis, agora se chamando S. Filipe, para o Amazonas e foi construir a paliçada Casa Forte de Presépio de S^a. Maria de Belém, origem da cidade de Belém do Pará.

Com Castelo Branco seguiram:

-o piloto António Vicente Cochado, que executou a cartografia da costa do Maranhão ao Grão Pará;

-alferes Pedro Teixeira, que mais tarde se ia distinguir na conquista do Amazonas.

Assegurando a ocupação portuguesa na fronteira norte evitava-se o risco de a mesma ser ocupada por espanhóis.

Expulsão dos Holandeses e Ingleses no Baixo Amazonas

Pedro Teixeira actuou diversas vezes no Amazonas contra navios e feitorias holandesas e o último reduto holandês no Amazonas foi tomado em 1646 no Maicará, no actual Amapá, sob o comando de Sebastião de Lucena. Depois os holandeses instalaram-se mais a norte na Guiana, mas a sua Companhia das Índias Ocidentais sempre sonhou tomar o Rio Amazonas para os seus negócios. Esta Companhia não era estatal, mas privada e portanto tinha que dar lucro, mas a sua organização estava tão bem estruturada que ainda hoje se consultam os seus arquivos com sucesso.

Os ingleses também perseguidos e, sem contactos com os indígenas seus amigos para negociar, acabaram por abandonar a região.

A ocupação portuguesa

O período inicial teve lugar entre o Tratado de Tordesilhas e a expulsão dos holandeses do Rio Branco. A autoridade real ibérica determinou em 13 de Junho de 1621, a separação dos Estados:

-Maranhão e Grão Pará (a Norte)

-Brasil (propriamente dito a Sul).

O Estado do Norte, “Maranhão e Grão Pará” estendia-se do rio Oiapoque ao Cabo de S. Roque e incluía as capitânias:

- Pará
- Cumã
- Maranhão
- Ceará

subordinadas ao Governador Geral em S. Luís do Maranhão.

O Estado do Sul, o “Brasil” incluía:

- capitânias da coroa, do Rio Grande do Norte até S. Vicente (depois S. Paulo)
- demais capitânias privadas.

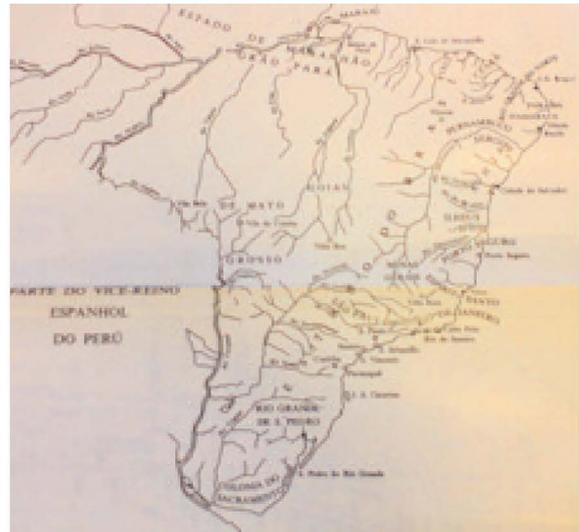


Fig. 17 – Os dois estados da colónia, “Maranhão/Grão Pará” e “Brasil”.

O Estado de Maranhão e Grão Pará, incluía os actuais estados de Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, parte do Amazónia e Amapá, incluindo quase toda a costa norte e todo o vale amazónico. Esta divisão de estados, tinha a ver com a facilidade de comunicação de, e com Lisboa, de cada um deles, porque as ligações marítimas demoravam:

- de Lisboa a Belém cerca de 45 dias;
- de Lisboa à Bahia cerca de três meses.

Eram estas as demoras normais com navios à vela. De notar que os caminhos terrestres além de perigosos pela presença de indígenas hostis, eram muito penosas para serem percorridos devido à

estiagem. Houve diversas ligações e separações dos Estados do Norte e do Brasil como se pode ver na tabela seguinte:

Datas	Factos
1621/1652	Estado do Maranhão, sede S. Luís
1652	Reunidos Brasil e Maranhão
1654	Estado de Maranhão e Grão Pará
1751/1772	Estado de Grão Pará e Maranhão, sede em Belém
1772	Passa a nomear-se Estado de Grão Pará e Rio Negro, separado do Maranhão e Piauí
1774	Integração Geral
1808	Integração Política com o resto do Brasil, subordinando Belém e Manaus ao Rio de Janeiro, com a corte no Rio
1823	Maranhão reúne-se de facto ao Brasil depois da independência.

A Missão Jesuíta de Samuel Fritz e o rio Solimões

Em 1501 o mundo amazónico foi concedido para exploração a “Vicente Ybañes Pinzón” e seus soldados por Carlos V (1516/1556), mas posteriormente também tiveram lugar outras doações, como se pode ver no quadro anexo:

Rei	Reinado	Datas	Doação a:
Carlos V	1516/1556	1530	Diego de Ordaz
		1551	Francisco de Orellana
		1552	Jerónimo de Aquayo
		1554	Diego de Vargas
Filipe II(I em Portugal)	1556/1598	1563	Juan Despes Hernandez de Serpa e Pedro Molover da Silva
		1568	Juan Ortiz de Zarate
		1585	António Bérrio
Filipe III(II em Portugal)	1598/1621	1601	Hernando de Oruna y la Hoz
		1604	Pedro de Betranilha

Nenhum destes concessionários tomou realmente posse da Amazônia. Possivelmente porque era mais fácil obter riquezas no Peru ou na nova Granada, do que na Amazônia.

A ocupação espanhola no vale do Amazonas, no século XV e primeira metade do século XVI, não se afastou de Quito e das proximidades dos rios Napo e Javari. A própria cordilheira andina também dificultava a penetração espanhola para a bacia do Amazonas.

A partir do século XVII e na segunda metade do mesmo século, cerca de 1650, os portugueses já se haviam infiltrado no vale amazónico, seguindo as pisadas de Pedro Teixeira que em 1639 tomou posse da região para Portugal em nome dos reis de Espanha e de Portugal.

Depois da Restauração, em 1640 foram confirmadas as doações feitas por Filipe III de Portugal aos portugueses após 1621 e a bacia do Amazonas era percorrida livremente por sertanistas, soldados e missionários portugueses, sendo atingido o rio Negro em 1656.



Fig. 18 – Planta do Rio Amazonas de autoria de Frei Samuel Fritz (1707)

Já em 1681 os jesuítas espanhóis tinham informado os seus superiores da Ordem, que os sertanistas lusos actuavam nos rios Marañon e Solimões.

Em 1689 o missionário jesuíta Samuel Fritz, ao serviço de Espanha, regista sob protesto a presença de sertanistas lusos que subiam o rio

Solimões e o rio Marañon, informando de tal facto as autoridades paraenses e o Vice Rei do Peru.

Os espanhóis preferiram entregar as áreas de possível conflito aos missionários normalmente jesuítas, que tinham instalado missões (reducciones) no rio Napo, Huallaga, Venayali, Marañon e Solimões.

O movimento anti-português na América do Sul, teve como condutor o já referido padre Fritz, que tinha chegado a Quito em 1685, que viveu com os omáguas até 1704, quando foi promovido a superior da ordem e seguiu para Laguna.

Em 1689 navegou pelo rio Amazonas, até Belém, mas aí foi preso pelo governador, ficando detido por 18 meses. Voltou em 1691 debaixo de escolta portuguesa.

Com os conhecimentos obtidos nas suas viagens produziu o “*Mapa Geográfico del Rio Marañon ou Amazonas*” em 1691, mapa este que serviu de ponto de partida para toda a cartografia subsequente, mesmo para Charles Marie de la Condamine, famoso naturalista francês, que publicou também cartas do rio Amazonas em 1745.

Em 1708, Samuel Fritz, que orientava as missões de jesuítas ao serviço de Espanha no Marañon é contido pelos carmelitas e sertanistas e maranhenses.

Em 1708, Carta Régia determina a expulsão de todos os missionários estrangeiros do rio Solimões. Entre 1709 e 1710 os portugueses conquistaram definitivamente o rio Solimões.

Rio Amazonas (texto de padre Samuel Fritz, em castelhano incluído no mapa do rio Amazonas, Brasil) (fig.18)

“Este famoso rio , o maior e a Descubierta que llamam ya de Amazonas ya de Orellana, es el próprio Marañon ; nombre que le dan los mejores cosmógrafos desde su origen y todas sus Províncias Superiores. Nace de la Laguna Lauricacha cerca de la ciudad de Suanuco en el Reyno del Peru. Corre 800 léguas hasta salir al

Mar del Norte com 84 de Voca. Junto à la Ciudad de Borja tieni un Estrecho nombrado el Pongo de 25 v de ancho y 3 léguas de largo de tanta rapidez, que se navega em um quarto de hora. Unas y outra ribera desde la Ciudad de Jaen de Traçamoros (desde donde es navegable) haste al Mar, estan pobladas de altíssima arbaleda. Tine maderas de todos colores mucho Cacao Zearzaparrilha y coteza, que llamam de (lavo) para quisados y tintas. Entre sus inumerables Peces el mas singular es la Vaca Marina, o Peixe Buoy, assi dicho por la semejanza; sustentasse con yerva de las orillas; y la hembra pare y cria com leche a sus hijuelos. Es abundantissimo de Tortugas, Armadillos, Lagartos o Cocodrilos; y tiene algunas culebras tan disformes, que se tragam a un hombre. En sus montañas ay feroces Tigres, Javalises en abundancia Dantas, y otras muchas espécies de Animales com variedad de colores en sus Vegas. Esta pobladissima de innumerables barbaras Naciones (las demas nombre san notadas en este mapa) singularmente en los rios que le entran; algunos delos que les tienem fama de mucho oro. Los Portugueses posseem azia la docas algunas Poblaciones y en la de Rio Negro una Fortaleza.

Mission de La Compania de Iesus

Tiene la Compania de Jesus en este gran Rio una muy dilatada , trabajosa y Apostolica Mission, en que entró año 1658; cuja cabeza es la Ciudad de S. Francisco de Bona Provincia de los Maynas distante de Quito 300 léguas y se estende por los rios de Pastaza, Guallaga y Vcayaleasta el fin de la Prop. de Omaguas. Vaseela por três caminos asperísimos y en grand parte de apir (a pior?) sportade en Patate y Archidoa; en cuyos Puertos se embarcam los Missioneros en canoas nas largas e peligrosas distancias hasta sus reducciones. Han muelto en nelas los Barbaros los seguintes Padres (en cuyas muretes huvos sucessos prodigiosos): al V Francisco de

Fugueroa en la voca del Rio Aperra junto a Guallaga en 1656; al D. Pe. Pedro Suarez en Abijiras en 166>: al V. P. Agustin Furtado en Poamaynas en 16>>; al V. P. Henriq Pieter en Pirosoen 169>; y en este año de 17>9> há llegado repetida la noticia deque en Gayes mataron las bárbaros al V. P. Nicolas Durango. Los sitios de sus muretes van assinalados com esta (cruz). Tambien murio ahogado por tan gloriosa causa el V. P. Raimundo de Sta. Cruz navegando el rio de Bobo en 1662. Tiene la companhia en esta Mision (amas del Curato de Borja, y sus Anejos) en 4 Prtidos 39 Pobelos fundados en su sudor y por la mayor parte de sus expetas; e nel Partido de Xeberosta Cõcep. de Xeberas y Anejos de Paranapur, Chayavitas, Cahuapanas, Munishes<, y Otanapir. En el Partido de la Laguna, S. Tiago de Silipos, y Cocamas; y 3 Anejos a Chamicuros, Jibilos y Aguanas. En el Partido de Sayes, S. Xavier de Sayes y 5 Anejos de Roamaynas, Pavas, Pinches, Andosy Semigayes. En el partido de Omaguas, S. Joaquim de Omaguas y 22 Anejos de Yarapas, Omaguas y Yurimaguas. En los quales partidos e pueblos ay hastaveinte y seis mil almas reducidas; y bautizadas por los Padres misioneros; que al presente son diez y seis Sacerdotes (demas de outros dos que assistem en la Mision de Colorados). Y a mas de los ditos pueblo estan amistadas varias Naciones números de quien se espera la conversion; y grandes aumentos de esta Mision la Real Magnificência y Proteccion de su majestade.

Ad maiorem Dei gloriam."

Outros cartógrafos desenharam esta região do Brasil. Assim Emanuel Bowen executou o seguinte obtido de mapas franceses e apoiado em observações astronômicas em 1752.



Fig. 19 – Mapa do Peru e da Amazônia, obtido de mapas franceses e realizado com observações astronômicas, e de autoria de Emanuel Bowen em 1752.

Também La Condamine desenhou a região, após anos de vivência na mesma.



Fig. 20 – Mapa do Rio Amazonas desenhado por La Condamine em 1745.

Catálogo de Cartografia 1903/04

Do Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional de 1903/1904 na Sociedade de Geografia de Lisboa, já referido, extraímos algumas citações que se referem à área da Amazônia.

a-Systema hidrográfico do Rio Amazonas

Manuscrito colorido de 0,71m * 1,06m:

Ao canto inferior direito lê-se o seguinte:

“A descrição da derrota q seguem as Canoas do Porto da Freg.^a de N. Sr.^a, May dos homens de Ararituaba, até Cuiaba, e daí ao Matto grosso, como também a digrição por terra deplanada com informações exactíssimas dos melhores Pilotos, e pessoas praticas daquela navegação. A

degreção qfes com Canoas João de Sz.^a de Az.do Cuyaba ao Grão Pará, voltando pelo R.Mad.^a ao Mato grosso foi escriptap.lo Dr. José Mathias Maxado. A passage da Capita de V.^a Boa por terra do Cuyaba foi deregidap.loCap.m mor Diogo José Per.^a como também a informação da nova derrota do Cuyaba p.^a Grão Pará, subindo o d.o (dito?) Cuyaba aguas acima buscando outras Vertentes do Rio Preto até encontrar o destino q proseguio o referido João de Sz.^a de Az.do q vai demarcado com pontinhos pretos pelas margens dos Rios. Toda a mais discrição desta carta topográfica hé demonstrado por pessoas fidedigna até onde tem alcançado suas experiências, o mitindo o calcular os interiores vastissimos desta parte de América Meridional por não aver deles palpável noticia pois seria inquerencia indisculpavel tratar de matéria tão importante tão somente por supozicoens confusas. Os pontos de V.^aBoa até o Cuyaba demarcão a comunicação destas duas Capitánias continuão amostrar até Matto grosso por terra: em Canoas desse-se os rios Cuvabã e Porrudos, sobe-se o Paraguay, Iauru, até ao Porto em q se deixão az Canoas, Caminhando por terra a capital. A navegação do Rio Tietê até o grande Salto das Settequedas tem a extenção de setenta e cinco Légoas. Quatro légoas asima deste salto, hua e três quartos de largo neste lugar. Pela parte Occidental está a Barra do famosos Iquatemim. Duas légoas por cima do mesmo Salto pela parte Oriental está a Barra do Rio Piquiry. Duas légoas e meia por baixo do mesmo Salto pela parte Occidental está a barra do Rio Iguarey, descoberto Sondado e medido pelo Cao.m de Granadeiros CandidoX.er de Almeida e Sz.^a em 28 de Junho de 1783.

Quatro légoas e meia por baixo da Barra deste rio pela mesma parte Occidental está a Barra do Rio Iguarey. O Rio Igutemim da sua Barra até à destruída Praça deste mesmo nome tem a extenção de 47 légoas, 15 légoas pouco mais ou menos, há de terreno da antiga Praça de

Iquatemim a V.^a delUruguay. Os pontinhos no Rio Tucantis, q principião onde estam dous sinais de Sítio onde começam as Povoçoens do Grão Pará, denotão as viagens q agente da nativid.e embarcando-se em Canoas no Pontal xegam em 11 dias até as ditas zonas ou povoçoens, e desta até aos canaes ou comexamãoGuarapez em d dias e por elle 3 q fazem 16 dias até o Grão Pará. Anno de 1787.”

A meio da carta à esquerda lê-se o seguinte: “O Capitão João Rapozo e o M. de Campo João de Almeida Falcão Cabo da Expedição, q por ordem do General o S.or Gomes Fr.e de And.e foi fazer o G.orIgnácioEloy de Madureira em S.Paulo p.^a ir encontrar com o T.eCor.l José Custódio de Sá e faria, que ia continuando a demarcação pap.te da MericaMeredional com os cosmografoz de Portugal, e Castela puzeramdeAraritaguba ao fim da viagem no Rio q sependeIguarey ou Guatemim q dizem são 15 légoas a V. Comaty dous meses e 27 dias.

Na voltapos o d.oM.e de Campo 39 dias. O Rio gr.de ou Paraná tem de largo ao pé do salto Iguarey ou sete quedas hualégoa e três quartos.”

Na margem direita do mappa em sentido da altura lê-se uma muito resumida apreciação por letra do Marquês de Alegrete que a assigna. Diz assi:”NB. Mao desenho, mas as observações aastronomicas foram feitas com a maior exacção p.^a homens sábios e providos dos melhores instrumentos.

b-Carta da Bacia do Rio Amazonas desde o rio Tocantins até ao rio Madeira

Manuscrito ligeiramente colorido, mede 0,60m*0,59m. 1 grau equivale a 0,046m.

Na parte superior, a meio, na margem esquerda do Rio Solimões, está o seguinte dístico num pequeno quadrado: “Este Marco é de cantaria lavrada, elle tem de um lado as armas do Reino de Portugal, e do outroas de Hespanha; elle está collocado na margem esquerda do Rio Solimões; e é por ali que terminão os Limites, do

Reyno de Portugal, com o da Hespanha. Hum igual Marco está colocado, na margem direita do rio Paraguay junto à foz do Rio Jaúru: no qual está o registo, para nele se manifestar o ouro, que por ahi transita, vindo de Minas Gerais e do Guyabá". Na parte inferior, depois da explicação de sinais, equivalentes ao itinerário percorrido pela Real Expedição Filosófica Botânica, lê-se: "Este Mappa foi copiado e reduzido, por José Joaquim Freire Dezenhador daquela Expedição; e cujo original era o Mappa Geral do Brazil, que foi igualmente feito, por Freire no ano de 1797.

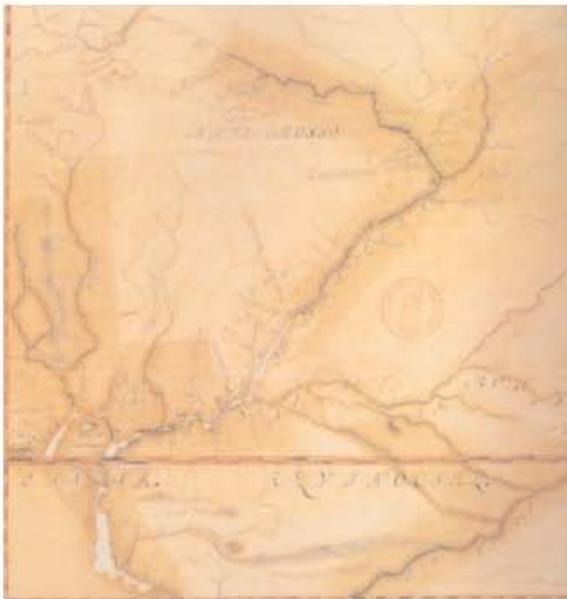


Fig. 21 – Rios Amazonas, Madeira e Tocantins. (Sul está na parte superior do desenho).

E foi copiado no Archivo Militar, pelo dito Freire Tenente Coronel do Exército: contando oitenta e seis anos de idade e de efectivo serviço sessenta e seis anos, inclusos dois anos de campanha na Guerra Peninsular".

Não tem limites traçados mas tem em letras maiúsculas designados os territórios da Guiana Francesa e Terra dos Holandêses.

Na Guiana dos Franceses comprehende-se bem pelos detalhes geográficos do mappa que ela se estendia até ao curso do Araguay e a cordilheira que separa ou limita pelo norte a bacia inferior do Amazonas. As terras dos

Holandêses estão em branco até à cordilheira de Tumucumaque e a oeste até ao Rio Rupunury. Sobre as cabeceiras do Rio Branco tem escripto: "Alta Cordilheira entre o Orinoco e o Rio Amazonas. O rio Colsoene é também n'este mappa chamado ou de Vicente Pinzon."

No referido catálogo poucas mais referências são de interesse sobre a Amazônia.

6-As viagens científicas e a divulgação Cartográfica

No início do século XVIII as imagens da América do Norte e Central disseminaram-se pela Europa, com livros, folhetos de propaganda à emigração, literatura barata, poesias, relatos de naufrágios, aventuras e recontros com os "índios" americanos, aumentando a curiosidade das pessoas e tentando promover o interesse por esse mundo novo.

Essa informação era essencialmente sobre a América Protestante, inglesa, holandesa e francesa. Os europeus então, utilizam as suas marinhas para levantarem as costas e os rios principais, nesse novo continente, embora o seu "interland", continuasse na obscuridade científica.

Grandes epidemias e crises, na Europa, ligadas a guerras entre países e casas reinantes, levaram as populações norte europeias a espalharem-se pela América do Norte, êxodo esse acrescentado com a, digamos, "transferência" dos criminosos ingleses, franceses, alemães, etc., aos milhares, para procurarem novas formas de vida e também para despejar as prisões europeias, principalmente inglesas, dos seus criminosos, agora transformados em futuros colonos.

No referente à política da Ibéria, a difusão dos conhecimentos sobre a América do Sul era escassa e mesmo "oficialmente vedada aos estrangeiros".

No que se refere ao Brasil as informações sobre o seu território, por serem consideradas segredo nacional, não eram publicadas, sendo mantidos inéditos os manuscritos, ou mesmo limitadas as edições sobre o conhecimento desta colônia

americana. Pouco ou nada saía para o conhecimento geral e como o interesse europeu aumentava, o que era publicado repetia os conhecimentos dos séculos anteriores, normalmente do século XVI.

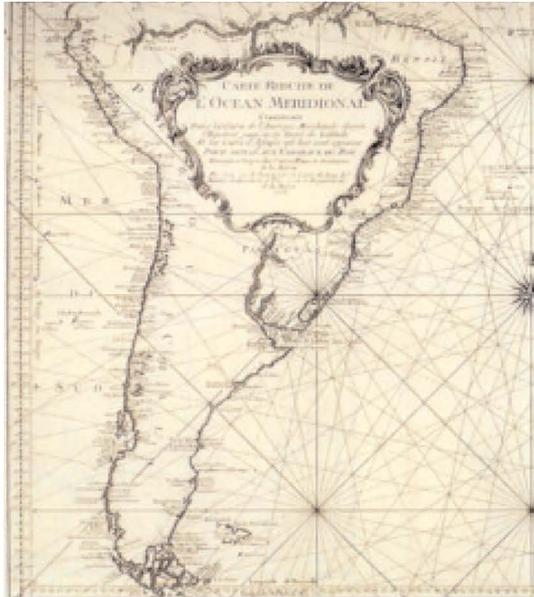


Fig. 22 – América do Sul, Jacques Bellin 1756.

Por exemplo:

Della navigationi et viaggi de Giovani Ramuzzio, de 1550/1559;

Principall Navigations of the English nation de Richard Hakluyt de 1589;

Purches his Pilgrimes, relatos de Pieter van der Aa, do início do Séc.XVIII.

Hans Staden, editor, em pleno séc.XVIII ao querer informações sobre o Brasil, utilizou francesas, inglesas e espanholas, datadas do Séc.XIV.

Durante o domínio holandês de parte do Brasil, também foram publicadas informações pelo aventureiro John Nieuhoff.

“Enquanto que o litoral era conhecido pelo aportamento de navios e, com eles, de marinheiros e de piratas, com objectivos comerciais ou para realizar pilhagens, o interior permaneceu em grande medida desconhecido”.

A realização de viagens científicas à América do Sul, por ocasião das definições de fronteiras entre

os domínios pertencentes às duas Coroas Ibéricas, ao longo da segunda metade do século XVIII, permitiu não só modificações nas representações cartográficas do sub-continente, como a entrada controlada de cientistas estrangeiros no território. A difusão dos seus trabalhos sob a forma de relatos, descrições geográficas ou representações cartográficas junto de academias e instituições científicas europeias e particularmente francesas, permitiu uma renovação mais rápida do conhecimento cartográfico resultante das observações astronómicas e geográficas que estes homens de ciência fizeram na América do Sul.

Charles Marie de la Condamine, entre 1753 e 1744 fez parte da expedição hispano-francesa ao Peru, para medir o tamanho real no terreno, do grau do meridiano equatorial, além de outros estudos ao serviço de Espanha.

Pela Espanha, trabalharam os guardamarinhas Juan Jorge e António de Ulloa, que mais tarde comunicaram os resultados, o primeiro à Academie Royale de Sciences (França) e o segundo à Royal Society (Inglaterra).

La Condamine desceu também todo o rio Amazonas em 1745 e escreveu o livro *“Breve relatório de uma viagem pelo interior da América Meridional, desde a costa do mar do Sul até as costas do Brasil e da Guiana, descendo o rio Amazonas. Dessa obra fazia parte “Carte du cours du Maragnon ou la grande rivière des Amazones”.*

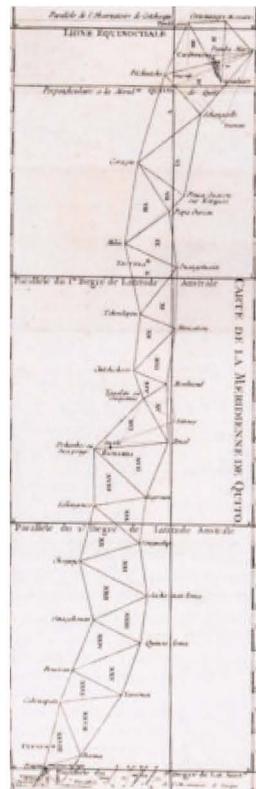


Fig. 23 – Triangulação geodésica em Quito, Peru, em que La Condamine colaborou.

Já em 1707, o padre jesuíta Samuel Fritz tinha desenhado outro mapa do rio Amazonas, mas este trabalho por ter sido feito por um padre com poucos conhecimentos de astronomia e não dispondo dos instrumentos que La Condamine tinha em seu poder, facultados pela Academia Francesa para o seu trabalho no Peru, tinha mais erros que exactidões.

Também em 1754/56, Pedro Loefling no rio Orinoco, e Hipólito Ruiz e José Pavón no Peru e no Chile, difundiram os seus trabalhos, mas não trabalharam no Brasil que continuava ignorado.

O Rei Fidelíssimo, D. João V, contratou astrónomos, cartógrafos, engenheiros, desenhadores e naturalistas, para definirem os limites da soberania colonial ibérica ao longo das fronteiras com os restantes países sul-americanos. Todos os contratados foram integrados em corpos militares mistos, portugueses e espanhóis, levantaram os percursos, exploraram comunicações, escreveram diários de navegação, cartografaram rios, elaboraram planos de ocupação e de defesa dos espaços, e mediram, inventariaram e delimitaram a fronteira terrestre do Brasil. (ver adiante “A demarcação de limites”).



Fig. 24 – Aspecto dos conhecimentos sobre a América do Sul, nos séculos XVII e início do século XVIII.

O segredo mandava, porque se tratava de zonas economicamente importantes cujos acessos deviam ser ocultados, a maior parte destes

trabalhos não foram difundidos. Tais trabalhos não foram exclusivos para determinação das linhas de fronteira, mas estendiam-se a outras zonas de interesse como povoações, acessos a minas, etc.

A mudança da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, abriu o interior e intensificou a exploração do sertão a estrangeiros, que foram imensos, mas por exemplo o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied em 1815 publicou a sua “Reise nach Brazilien in den Jahren 1815 bis 1817” com

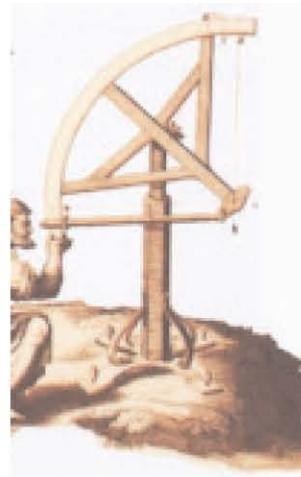


Fig. 25 – Richer em Caiena observando

várias edições e em várias línguas.

Também, John Mawe, John Luccock, Henry Koster, Maria Graham e outros naturalistas no fim do séc. XVIII e inícios do XIX fizeram circular as suas histórias sobre o Brasil para um público ávido e interessado.

Em 1671 Richer parte para Caiena, na Guiana Francesa, e realiza as primeiras observações precisas numa região próxima do Equador. Com o Sol muito alto no Céu o seu movimento aparente é muito menos perturbado pela atmosfera. Consegue medir a distância Terra Marte, em conjunto com idênticas medições em Paris feitas por Cassini. Descobre ainda que ao acertar os seus relógios por meios astronômicos, verificou que o mesmo pêndulo batia mais lentamente em Caiena do que em Paris.

Esta descoberta é confirmada por outra missão enviada por Cassini a Cabo Verde e às Antilhas e vai desempenhar um papel importante nas discussões sobre a teoria da gravitação.

Richer passa perto de dois anos em Caiena com um equipamento importante e com uma boa equipa e os resultados obtidos foram muito

importantes.

Em 1676 Halley, o do cometa que tem o seu nome, apaixonado pela astronomia, interrompe os seus estudos em Oxford e vai passar dois anos na ilha de Santa Helena, no hemisfério sul. Elabora um catálogo das estrelas visíveis no hemisfério sul, e repara tal como Richer, que o pêndulo se desloca mais lentamente do que na Europa. Regressando a Inglaterra ingressa na Royal Society e em 1681 encontra-se com Cassini e compara com ele as suas observações.



Fig. 26 – Lutas com indígenas no rio Marañon, ou rio Amazonas¹⁴.

A descoberta da Amazónia foi levada a cabo por Francisco Orellana (espanhol) a partir das nascentes (cabeceiras) do rio Amazonas, e não a partir da sua foz. Orellana viajou de Dezembro de 1541 até Julho de 1542 percorrendo todos os 6000 quilómetros, realizando a primeira navegação completa deste rio desde a nascente até à foz.

Gonçalo Pizarro, que organizou esta expedição ao Amazonas partiu de Quito em 1541, e recebe como reforço tropa sob o comando de Orellana. Este de posse de novo barco, munições, utensílios e do cofre com os dinheiros da expedição e de seus sócios, por ordem de Pizarro, partiu à frente no Natal de 1541 e não mais retornaria a Quito. Fez a primeira viagem pelo Rio Amazonas, viagem que foi relatada por Frei Gastar de Carbajal que fazia parte da expedição. Diz este frade que o grande inimigo da expedição foi efectivamente a fome, obrigando-os a comer até os sapatos. Fez ainda a descrição de *“guerreiras comandadas por outras*

¹⁴ Francisco Requena y Herrera-1788

mulheres” alvas, e altas, cabelo comprido entrançado na cabeça; “são membrudas e nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas na mão, fazendo tanta guerra como dez índios”.

Segundo o mesmo frade Gastar, estas mulheres não tinham seios e a palavra grega “a-mazon” que significa “sem seios”, passou a ser usada referindo-se a estas mulheres.

O rio percorrido por Orellana, de nome Marañon, passou a ser conhecido na Europa, como o “Rio das Amazonas”. Com este feito Orellana obteve do Rei espanhol em 1544, o governo de “Nueva Andalucia”.

Em 1546, Orellana tentou como *“governador e capitão general das terras que descobrisse”*, atacar a região do Amazonas, entrando pelo delta, mas perdeu-se e morreu às mãos dos indígenas.

7- A Defesa da Amazónia e Mato Grosso

A Defesa Militar coube aos contingentes permanentes de soldados sediados nas casas fortes ou mesmo nas fortificações construídas em pontos estrategicamente escolhidos, seja para controlar a navegação ao longo dos rios ou mesmo somente para marcar a presença portuguesa nas regiões pretendidas.



Fig. 27 – Soldado do Regimento de Rio Grande do Sul

Fig. 28 – Oficial de Infantaria do terço de Homens Pretos de Vila da Rainha.

Distribuição das casas fortes na Amazônia:

Ano	Localização da Casa Forte
1623	Gurupá ¹⁵
1638	Desterro ¹⁶
1660	Arauari
1665	S. Pedro Nolasco
1669	S. José do Rio Negro
1685	N ^a S. ^a das Mercês da Barra
1688	S. António de Macapá
1693	Paru
1697	Santarém
1698	Pauxis
1726	Casa forte de Guamá
1738	Reduto de Macapá e Fortim de Macapá
1755	Bateria de Barcelos
1761	Curiaú
1762	S-Gabriel da Cachoeira de Marabitanas
1765	Macapá
1770	S.Francisco Xavier de Tabatinga
1771	Reduto de S.José
1773	Bateria de S.António
1777	S.Joaquim do Rio Branco
1780	N ^a S ^a . Nazaré de Alcobaga
1792	Bateria das Ilhas de PiriQUITOS
1802	Bateria das Ilhas de Bragança

Os conflitos

A partir do mar das Caraíbas, os franceses atacavam a zona brasileira essencialmente entre o rio Orenoco e o rio Amazonas.

Em 1615 como foram expulsos do Maranhão fundaram Caiena, na Guiana actual, de onde atacavam as frotas espanholas carregadas de prata, que se dirigiam a Espanha. Também negociavam no tráfico de escravos africanos, e faziam incursões até ao delta do Amazonas.

Para resistir a estes assaltos, os portugueses dividiram a área em capitânias e deram “sesmarias¹⁷” aos seus colonos. Foram então criadas as Capitânias de:

Real do Grão Pará	1621	Na Era Filipina
Caeté	1627	Idem
Camutá	1637	Idem
Cabo Norte	1637	Idem
Marajó	1655	Era pós Filipina
Xingu	1681	Idem

Gurupá e vizinhanças, ficaram como capitania real com Capitão-mor, nomeado pelo Rei.

Como os espanhóis da Venezuela não podiam defender toda a ala marítima até ao Amazonas, tal incumbência coube aos portugueses instalados em Belém, por determinação real de Filipe III.

Em 1645 Pernambuco viu necessidade de instruir indígenas, face à acutilância dos ataques holandeses e, assim, ministraram recruta aos naturais.



Fig. 29 – Recruta indígena em Pernambuco.

Em 1679, Caiena ficou francesa com o marquês de Ferroles, mas estava pouco desenvolvida.

Em 1680, Lisboa expediu carta Régia, determinando que os jesuítas fossem trabalhar a norte do rio Amazonas, no Cabo Norte. O padre Aloísio C. Pfeil traçou um mapa desde o rio Amazonas até ao rio Oiapoque, que enviou para a Corte. Lisboa determinou em 1686 que fosse levantado uma fortificação em Torrego, na confluência dos rios Maiacari e Araguari. Em 1687 esta fortificação foi guarnecida com 25 soldados e

¹⁷A partir do momento em que chegam ao Brasil os capitães-donatários, titulares das capitânias hereditárias, a distribuição de terras a sesmeiros (em Portugal era o nome dado ao funcionário real responsável pela distribuição de sesmarias, no Brasil, o sesmeiro era o titular da sesmaria) passa a ser uma prioridade, pois é a sesmaria que vai garantir a instalação da *plantation* açucareira na colónia. A principal função do sistema de sesmarias é estimular a produção e isso era patente no seu estatuto jurídica. Quando o titular da propriedade não iniciava a produção dentro dos prazos estabelecidos, seu direito de posse poderia ser cassado (retirado).

¹⁵ Durante a dinastia Filipina

¹⁶ Idem

três canhões.

Entretanto, Luis XIV, dá ordem a Ferrol para se expandir até ao Amazonas e após 11 dias de viagem este tomou a fortaleza de Macapá e destrói uma outra no rio Paru em 31 de Maio de 1697, mas em 10 de Julho os portugueses reconquistaram Macapá.

Por vezes essas fortificações limitavam-se a casas fortes com paliçadas (Fig. 30)

O Tratado de 1701 tornou neutra esta região do cabo Norte, prejudicando os interesses portugueses. No ano de 1713, pelo Tratado de Utrecht, ficou definido que o limite entre a Guiana francesa e o Brasil seria o rio Oiapoque. Entre 1722 e 1728 foram realizadas quatro expedições das tropas de Guarda Costas, organizadas pelo Capitão General João da Maia da Gama.

Em 1727 Francisco M. Palheta trouxe de Caiena as primeiras mudas de café para o Brasil, o que mais tarde o transformou no primeiro produtor mundial de café. Após estas campanhas foi ampliada a fortaleza de Macapá. Em 1751 Mendonça Furtado organizou expedições compostas de soldados e de colonos, sendo estes dos Açores.



Fig. 30 – Casa Forte do Cabo Norte (1688)



Fig. 31 – Forte de Macapá, no Amapá, rio Amazonas.

Na era anterior a Napoleão, Portugal assinou o tratado de Paris, passando o limite norte do Cabo Norte para o rio Calçoene entre o Oiapoque e o Araguary em 1797. Em Janeiro de 1801, novo limite, agora mais recuado, no rio Araguary e em 29 de Setembro recua mais para o rio Carapanatuba, que desagua já no estuário do Amazonas, próximo do forte de Macapá, pelos tratados de Badajoz e de Madrid. Mas em 27 de Novembro, novo tratado, o de Amiens, a fronteira volta para o rio Araguary. Já na era de Napoleão, em 1804 e depois do rei de Portugal se ter instalado no Brasil, em Maio de 1808, todos os tratados após o de Utrecht são considerados nulos. Declarada a guerra a França, Caiena é ocupada e integrada no Brasil até 1818. Entre 1814 e 1815 teve lugar o Congresso de Viena. Portugal e a França concordaram em devolver Caiena e marcar a fronteira no Oiapoque.

Fortificação

O Império português situava-se mais no mar do que em terra. Apoiava-se em feitorias. Com feitores a gerirem o armazenamento de mercadorias, situadas no litoral e com autorização dos governos locais. Mas, quando se construía uma fortificação, a feitoria agora defendida passava a feitoria comercial. Tal acto transformava a zona em soberania portuguesa e em colónia de facto. Por exemplo a fortificação de Macapá, projecto de Sturm, faria frente à ameaça francesa em Caiena.

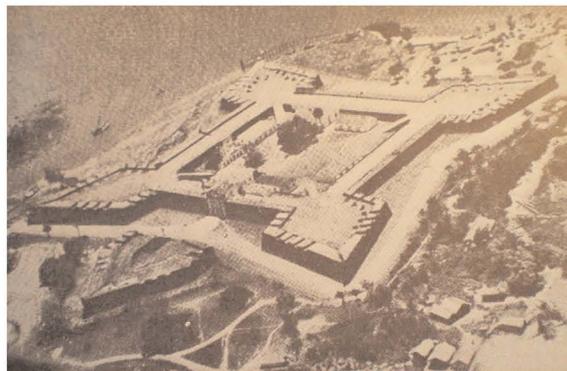


Fig. 32 – Forte de S. José de Macapá, no Amapá.

Também se foram criando “presídios” destinados, como em África, a proteger os negociantes durante as trocas comerciais e na exploração mineira. Estes presídios não eram prisões mas sim quartéis militares. Quase todos deram origem a futuras povoações. A Artilharia era a base destas fortificações e cada peça valia uma pequena fortuna, mas com o ouro de Minas Gerais foi fácil equipar as fortalezas.



Fig. 33 – Cada baluarte dispunha de diversas peças, mas por vezes havia mais canhões do que serventes.

Na Amazónia, a presença de fortalezas ou casa fortes, deu origem a núcleos formadores de vilas e cidades. Edificadas em pontos do território escolhidos reuniam não só o aparato militar de defesa, como também os aquartelamentos, os paços, a casa da guarda, o parque de artilharia, a prisão, as casernas e outras instalações necessárias à sua vivência, a igreja, a enfermaria, a padaria, o chafariz e as moradias das famílias.

Em 1772 foram criados dois estados a partir do Grão Pará e Maranhão:

- Grão Pará e Rio Negro, sede Belém
- Maranhão e Piauí, sede em S. Luís.

Só em 1774, estes dois estados foram integrados no estado do Brasil.

Em 1778 foi extinta a Companhia geral de Grão Pará e Maranhão.

Em 1759, D. António Rolim de Moura, assumiu a chefia da Comissão de Demarcação de Limites. Em 1772, sob o governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho, foi reconstruído o Forte de Bragança, futuro Forte Príncipe da Beira. Rolim de Moura verificou que os espanhóis em 1759 ainda não

tinham chegado ao rio Negro.

Em 1761, Iturriaga, chefe da delegação espanhola recebeu ordem de Carlos III de Espanha para não prosseguir com os trabalhos das demarcações e que a comissão estava dissolvida.

Estando no Brasil muitos membros das comissões de limites, desenvolveram projectos urbanos, científicos e de fortificações de extrema relevância para a presença portuguesa.



Fig. 34 – Governador Pereira de Cáceres

O governador Pereira de Cáceres esteve no Mato Grosso e Cuiabá de 1772 a 1789 durante 17 anos, construiu os fortes :

- Príncipe da Beira (médio Guaporé)
- Nova Coimbra (alto Paraguay)
- Miranda (médio Paraguay)

No século XVIII foram construídas fortificações em:

- S. Jose de Marabitanos (rio Negro)
- S. Gabriel da Cachoeira (idem)
- S. Francisco Xavier de Tabatinga (Solimões)
- S. Joaquim (rio Branco)
- S. António de Içá (foz do Içá no Solimões)
- S. José Macapá (foz do Amazonas)
- Real Príncipe da Beira (rio Guaporé)



Fig. 35 – Foto recente do Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé.

8- O Marquês de Pombal

D. José I, ao nomear Carvalho e Melo seu ministro, escandalizou toda a Corte, principalmente os seus adversários que eram encabeçados pelo Duque de Aveiro e por Alexandre Gusmão, já referido.

Gusmão, homem de valor e sob alguns aspectos de vistas mais largas que o Marquês, tinha perdido politicamente com este e foi arredado para o Concelho Ultramarino.

No entanto Sebastião José de Carvalho e Melo, também conhecido por Marquês de Pombal, se bem que tivesse governado ditatorialmente todo o



Fig. 36 – Sebastião José de Carvalho e Melo

reino de Portugal, prestou efectivamente muitos e numerosos benefícios ao Brasil.

Tinha como ideia fundamental sobre o Brasil:

- Defender a todo o transe a colónia da cobiça estrangeira;

- Assegurar a posse e o alargamento das suas fronteiras.

Após a morte de D. João V em 1750, o Marquês de Pombal como governante absoluto no reinado de D. José I, implantou o seu “despotismo esclarecido”. Este método de governo aliado:

- ao fim do bandeirismo;
- ao declínio da produção das minas de ouro;
- ao fim da taxa de capitação;
- à expulsão dos jesuítas da Amazónia (1661/1684);

originou um certo retrocesso na economia brasileira. No entanto implementou outros benefícios:

- a concessão da liberdade aos indígenas (aqui apelidados de índios ou ameríndios);
- a importação de mão de obra escrava africana; determina que o envio de escravos para as plantações da Amazónia, pode ser executado

também desde Moçambique, num total de cerca de 200.000 africanos oriundos de todas as colónias portuguesas;

- a imigração; incentiva a imigração das Ilhas Adjacentes para o Brasil;

- o povoamento;

- a expulsão definitiva dos jesuítas;

- evolução da economia e do controlo fiscal; -cria as companhias de Grão-Pará, de Pernambuco e de Paraíba, o que aumenta o comércio com Lisboa, de tal modo que em 1777 há mais géneros para transportar do que transportes disponíveis;

- demarcação das fronteiras;

- política de fortificação militar;

- construção e reforma urbana;

- organização administrativa e judicial; melhorou a justiça, fazendo-a chegar ao sertão;

- reforma do ensino. Criou um “subsídio literário”, imposto sobre o consumo de carne verde, e de vinagre, para apoiar as “Escolas Régias”, que substituíram os colégios jesuítas, (carta Régia de 10 de Novembro de 1772);

- que fossem extintos os primitivos direitos feudais dos donatários; -extinguiu os direitos subsistentes dos antigos Capitães-Mores, comprados às capitanias que ainda existiam;

- que fossem abolidos antigos privilégios das Câmaras Municipais no lançamento de impostos; -e libertou os navios das escoltas militares, por haver paz no mar;

- regulou as partidas das frotas navais;

- permitiu a liberdade de navegação entre Portugal e o Brasil;

- passa a capital para o Rio de Janeiro em 1763;

- lutou muito contra a subjugação a Inglaterra;

- melhorou a exploração das minas de ouro e diamantes;

- e reorganizou Portugal no referente ao exército, à marinha, na reforma de fortalezas e sua artilharia.

o que permitiu um certo desenvolvimento económico da colónia.



Fig. 37 Controlo do transporte de ouro, contra assaltos e baneitismo.

O Marquês de Pombal, em 27 de Setembro de 1751 nomeou seu meio irmão, capitão de fragata Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como Governador do Estado de Maranhão e Grão Pará, com as seguintes directivas:

- ter sempre prontas as forças militares, contra qualquer ameaça externa;
- que os jesuítas estabelecessem missões na fronteira com Caiena e nos rios Japurá e Javari.

Mendonça Furtado após ouvidos os interessados no Brasil, logo pediu ao Conselho Ultramarino para liberar a navegação no rio Madeira, que estava proibida desde 1733. Esta proibição foi levantada em Novembro de 1752 e assim foi possível funcionar as “*Moções do Norte*”, entre Vila Bela, Mato Grosso e Belém do Pará.

O Marquês apanhou a luta entre os colonos e os missionários jesuítas, pela posse de trabalhadores baratos, quase escravos, que faziam produzir as missões e as fazendas dos colonos brancos. Tais braços eram obtidos pelas “*entradas*” e pelas “*bandeiras*” de europeus no mato. Com as queixas dos colonos aumentando, o Marquês inclinou-se para estes e empregou a sua força o que veio a liquidar os jesuítas. Ganhou a sua “*guerra*”.

Em 1773 o papa Clemente XIV extingue a Companhia de Jesus. Os seus componentes jesuítas tinham ajudado a formar o Brasil, defendiam os indígenas contra os colonos,

educaram os luso-brasileiros, durante 210 anos ajudaram a desalojar os franceses, deslocaram os seus colegas jesuítas espanhóis, para fora das áreas de influência portuguesa, mas mesmo assim são presos e mandados sob prisão para Lisboa. No Maranhão, no Pará e no Vale do Amazonas, quando os jesuítas foram presos e expulsos, dirigiam 28 missões no Pará e Maranhão. Além das missões jesuítas havia mais 32 missões dirigidas por outros religiosos missionários.

Diz Afrânio Peixoto¹⁹:

“Que imenso prejuízo a expulsão desses quinhentos professores e administradores, fez ao Brasil, que deles sempre foi escasso”

Em 1755 um alvará abolia o poder temporal



Fig. 38 Mendonça Furtado, Governador do Maranhão

dos missionários, tomando os indígenas vassallos do rei, como os demais brancos.

Por determinação do governo do Marquês de Pombal, as aldeias maiores foram transformadas em Vilas, com Câmaras Municipais e as menores transformadas em povoações sob a administração dos

indígenas. Esta decisão foi extensiva a todo o ultramar português.

Também por acção do Marquês de Pombal foram fundadas na Amazónia Fortalezas para definir os limites exteriores da região, por exemplo:

Região	Nome
Rio Negro	S. José de Morabitana
	S. Gabriel da Cachoeira
Rio Solimões	S. Francisco Xavier de Tabilinga
Rio Branco	S. Joaquim
Rio Içá –Rio Solimões	S. António de Içá
Rio Amazona (fóz)	S. José de Macapá
Rio Guaporé	Real Príncipe da Beira

¹⁹ Afrânio Peixoto (Júlio A. P.), médico lecionista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, brasileiro.

No Norte do Brasil	As Missões tinham-se desenvolvido com a população europeia, havia ponderação de forças e a política estava mesmo sempre na mão do Governador.
No Sul do Brasil	Não havia de facto governo, o domínio da Coroa era nominal e o poder estava mesmo na mão dos Jesuítas.

Estava tudo encaminhado para a Independência que teve lugar em 1822.

9- A demarcação dos limites Necessidade de definição das fronteiras



Fig. 39 – Anos da definição das fronteiras entre os países da América do Sul.²⁰

¹⁹ Direito de propriedade pela presença física. **Uti Possidetis** ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de facto ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuíis, assim possuais".

A partir do reinado de D. João V, entre 1706 e 1750, houve preocupação com a definição das fronteiras coloniais, pois já era altura de abandonar o Tratado de Tordesilhas o qual estava mais que obsoleto.

Em 1750 foi assinado o Tratado de Madrid, este pensado, gerido e proposto por Alexandre de Gusmão. Neste Tratado os limites passaram a ser definidos, baseados na lei do direito romano “*uti possedetis*”¹⁹ e seguindo os pormenores naturais do terreno, como linhas de água e cumeadas.

“As fronteiras assinalam os limites até onde o Estado pode exercer a sua força administrativa. Durante 250 anos as fronteiras entre a América

do Sul portuguesa e a espanhola eram uma entidade abstracta, indefinida e flutuante, pelo que os colonos de ambos os estados europeus fluíam a seu bel prazer, fixando-se onde melhor lhes parecia.”²¹

Com este Tratado de Madrid, o Brasil independente em 1822, teve desde 1777 a sua área total mais que triplicada, sem grandes problemas com os seus vizinhos.

Entre 1718/1722, a corrida ao ouro na zona de Cuiabá, quase desertificou as regiões agrícolas brasileiras, como S. Paulo. Este êxodo de população para o interior prejudicou os colonos da costa atlântica, inclusive porque além dos pesquisadores de ouro também foram organizadas acções contendo artesãos diversos e

suprimentos básicos para apoio e manutenção dos arraiais auríferos.

²⁰ Dtv-Atlas zur Welt-geschichte:-Atlas sobre a história do Mundo. Edição 1990

²¹ O Império Luso-Brasileiro 1750-1822- Nizza da Silva.

As primeiras expedições foram executadas sem ordem e não respeitando as melhores épocas do ano, cuja época melhor era a que correspondia às Monções, para melhor se navegar nos cursos de água, então cheios.

A partir de 1720 o itinerário mais procurado e aqui descrito por curiosidade era:

“-Descer o rio Tieté até à foz;

-Subir o rio Paraná até ao rio Pardo;

-Subir o rio Pardo, vencendo cachoeiras até ao divisor das bacias do Paraná e do Paraguay;

-Alcançado o varadouro²² de 14 quilómetros de extensão[...] transpor as canoas a pé e refazer as reservas de alimentos (fazenda Camapoã);

-Partir do varadouro descer o rio Taquari até ao Paraguay;

-Subir o Paraguay até ao rio S. Lourenço, afluente esquerdo do Paraguay;

-Alcançar o rio Cuiabá, e subir até ao arraial de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá”.

Estas expedições duravam 5 meses a serem executadas e a dureza do percurso a vencer era inacreditável. Havia que percorrer mais de 100 “corredeiras²³”, por vezes obrigando à descarga completa das canoas, seu içamento por cordas, aparecimento de febres endémicas, de insectos desconhecidos, de animais peçonhentos, rios com piranhas, temperaturas muito elevadas (> 40º Célcius), condições extremas de humidade, chuvas intensas e acima de tudo a eminência de ataques de indígenas. Os indígenas canoeiros do Pantanal eram os mais belicosos e perigosos.



Fig. 40 – A partida para as Monções por via aquática a única possível para o interior do Brasil.

²² Varadouro - Lugar onde se fazem encalhar os navios para limpeza, reparos etc.

²³ Corredeiras ou Cascatas.

Houve que pensar na defesa das colunas e a constituição de grandes comboios e foi estabelecido que as expedições só deviam ser realizadas em Março e Abril, nunca ultrapassando o dia de S. João, meados de Junho. Nesta época o volume das águas era grande, facilitando a navegação e como só era organizada uma expedição por ano, era mais fácil prever a defesa da coluna.

As canoas levavam toldos para proteger das chuvas o pessoal, os géneros e as mercadorias. A carga ia na parte central da canoa, sendo os remadores colocados na proa, geralmente em número de 6, além do piloto e do proeiro²⁴. Os passageiros eram instalados na popa, não podendo exceder 25 a 30 pessoas. O número de pessoas e de canoas, como é óbvio podia variar. Assim o Capitão General de S. Paulo, D. Rodrigo César de Menezes quando se mudou para Cuiabá em 1726, partiu de Porto Feliz com 300 canoas e cerca de 3000 pessoas.



Fig. 41 – Canoa usada por Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia.

Este sistema de transportes, o “Sistema de Monções” ou também conhecido por “Monções de Povoador”, que durou entre 1719 e 1838, permitiu a ligação física dessas regiões e a presença portuguesa no Centro-Oeste do continente sul-americano.

A população de Mato Grosso foi constituída por:

-indígenas, vulgo índios ou ameríndios

-caboclos ou mamelucos

-portugueses, (comerciantes, burocratas da

²⁴ **Proeiro**, ou em linguagem coloquial "o proa", é um tripulante que, posicionado mais a proa da embarcação, torna-se responsável pela regulação da canoa.

administração pública e militares)

- escravos negros africanos.

Hoje constituem os estados brasileiros de Mato Grosso Norte e Sul e Rondônia.

Descoberto ouro em Goiás em 1725, tal originou novo polo de atracção para fixação de pessoas, obrigando a uma ligação terrestre de S. Paulo para Goiás e mais 1000 quilómetros para Cuiabá, dando origem ao “ciclo da luar”, pondo de parte o “ciclo das monções”. No entanto quando teve início a navegação a vapor, os rios voltaram a ter utilidade para se chegar a Mato Grosso, mas eram escolhidos os rios Prata, Paraná e o baixo Paraguai. As “Monções do Norte” permitiram ligações em 1752, entre Vila Bela²⁵ e Belém, pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas.

As Monções do Norte

As “Monções do Norte”, já referenciadas, eram a ligação entre Mato Grosso e Pará.

Sobre estas, Sérgio Buarque da Holanda²⁶ escreveu:

“À experiência dos práticos, pilotos e proeiros das canoas das monções, deve-se a abertura de comunicações regulares entre Mato Grosso e Pará, [...] mais uma linha de comércio para aqueles sertões”.

As “Monções do Povoado”, referiam-se às ligações de S. Paulo com Cuiabá e Guaporé e destinavam-se ao reabastecimento destas zonas, desde S. Paulo.

Synezio Filho²⁷ informa que as canoas, ubás, podiam transportar:

-3000 arrobas de carga e 20 homens.

Estas duas monções delinearão as fronteiras dos territórios coloniais portugueses na América do Sul.

²⁵ Antiga Capital de Mato Grosso.

²⁶ Historiador brasileiro.

²⁷ Professor brasileiro universitário.

Estratégia Portuguesa

Fundada a povoação de Belém em 1616, a defesa do Amapá, foi entregue por Filipe III de Portugal a colonos portugueses da capitania de Cabo Norte, com a ajuda de paraenses.

Em 1981, Charles Rauph Boxer²⁸ dizia referindo-se à teimosia dos portugueses, que:

“A certeza de que Deus estava do seu lado e de que podia intervir e intervinha directamente a seu favor, foi sem dúvida um factor importante na conquista e manutenção de Ceuta, tal como as viagens e conquistas que se lhe seguiram...”



Fig. 40 – A partida para as Monções por via aquática a única possível para o interior do Brasil.

Esse Nacionalismo ajuda a explicar as razões pelas quais os portugueses conseguiram conservar uma parte tão grande do seu precário império marítimo durante tanto tempo...”

Mas tal teimosia não obstou que as Feitorias e outras instalações costeiras portuguesas fossem alvos preferenciais das investidas holandesas, inglesas e francesas.

No Brasil os holandeses ocuparam:

-Bahia de 1624 a 1625

-Pernambuco de 1630 a 1654 e chamaram-lhe New Holland.

As crises europeias, a baixa do valor económico do açúcar e do tabaco, as crises no balanço

²⁸ Historiador inglês, professor de cultura portuguesa

de alerta! D. João V determinou logo que fosse preparado um Atlas do Brasil, com latitudes e longitudes, obtidas por meio de medições locais. Queria tudo feito secretamente, mandou chamar os jesuítas italianos, Carbone e Carpassi, que se encarregariam desse trabalho. Estes já estavam em Lisboa em 1722, e tendo Carbone ficado na capital, foram enviados para o Brasil em 1729, Carpassi e Diogo Soares, este jesuíta português, tendo o seu trabalho no Atlas do Brasil sido considerado como “Segredo de Estado”.



Fig. 44 – América do Sul, 1722, de Guillaume de l'Isle.

Os trabalhos de jesuítas, engenheiros militares portugueses, croquis, esboços, pontos de referência astronômicos, cartas e plantas cartográficas, em 1730 foram todos enviados para apreciação do Conselho Ultramarino Português.

Alexandre de Gusmão admitiu ceder Sacramento em troca de outras concessões:

- que era necessário um tratado geral de limites;
- que se devia abandonar o meridiano de Tordesilhas;
- que se devia usar o princípio romano “uti possidetis” e fronteiras naturais;
- que a colônia do Sacramento e vizinhanças, eram portuguesas pelo tratado de Utrecht de 1715;
- que eram admissíveis trocas;

Parecer espanhol às propostas portuguesas:

- que as Filipinas eram de soberania espanhola (mais tarde verificou-se ser errado);

- que a colônia do Sacramento era a causa do contrabando da prata do Peru;

- que pretendiam trocar o Sacramento pela áreas de Cuiabá e Mato Grosso.

Efectivamente foram trocadas:

- as Missões espanholas dos 7 povos, pela colônia do Sacramento;

- a Espanha cedeu a margem direita do rio Guaporé (onde mais tarde foi construído o Forte Príncipe da Beira);

- os espanhóis ficaram com uma área entre o Amazonas e o Japurá.

- os espanhóis também receberam as ilhas de Ano Bom e Fernando Pó, no Golfo da Guiné.

No ano de 1748, Jean Baptiste Bourguignon d'Anville, primeiro cartógrafo do rei de França, desenhou uma carta que inclui o Brasil, executada com base em informações portuguesas obtidas, pensamos que em 1733/34. Assim foi sancionado o parecer de A. Gusmão.

O ouro do Brasil produziu estabilidade econômica e contribuiu para o êxito português nos acertos deste Tratado de Madrid.

Assim, cinco milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia do Brasil, foram integrados no patrimônio colonial português. Em 24 de Junho de 1752, em Aranjuez, foi firmado o “Tratado das Instruções para as Turmas Demarcadoras” (limites das fronteiras com o Brasil).

D. José I e o seu ministro Marquês de Pombal nomeiam:

- para as demarcações no norte do Brasil, o irmão do Marquês, Mendonça Furtado.

- para o sul do Brasil, como comissário português das demarcações Gomes Freire de Andrade.

Foram nomeadas duas Comissões Mistas:

Portuguesas	Espanholas
-------------	------------

Cada uma tinha em:

As fronteiras deveriam ficar definidas por marcos quando não houvesse linhas naturais.

Acção no Norte 3 turmas	Acção no Sul 3 turmas
1ª Turma Rio Negro e Amazonas até ao Madeira, subia o Madeira até Guaporé, até confluência com os rios Jauru e Paraguay, até ao curso médio do Madeira.	Trabalharam desde 1752 a 1754 e de 1756 a 1759, devido à Guerra Guaranítica que interrompeu os trabalhos. A Missão era demarcar a fronteira desde Castillos Grandes (Uruguay) até ao rio Jauru.
2ª Turma Trecho entre a foz mais ocidental do Juaporá até a cordilheira entre o Amazonas e o Orenouco, traçaria a linha paralela Madeira Javari, determinada a latitude média dos rios afluentes esquerdos do Solimões até ao Japurá.	O Comissário espanhol foi o Marquês Val de Lirios.
3ª Turma Continuaria o trabalho da 2ª turma, no cume da cordilheira norte ou no divisor de águas das bacias do Amazonas e Orenoco; estabeleceria limites pelas cordilheiras a norte até à for do Oiapoque no Atlântico.	

As fronteiras deveriam ficar definidas por marcos quando não houvesse linhas naturais.

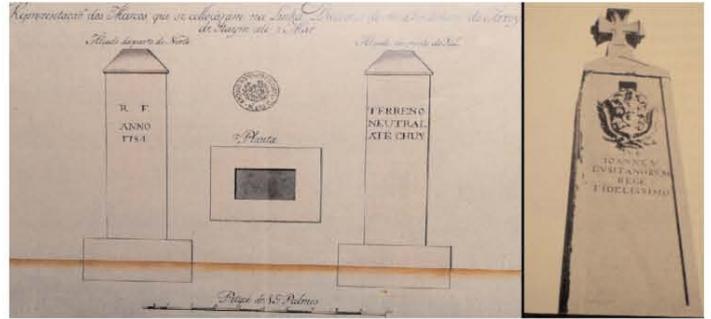


Fig. 45 e 46 – Tipo de marcos divisionários entre as colônias espanholas e o Brasil, e marco de fronteira com o nome de D. João V o Rei Fidelíssimo, gravado.

O governo português depois de assinado o “Tratado de Instruções às Turmas Demarcadoras” decidiu contratar técnicos estrangeiros para a composição das turmas. Os contratados seguiram para Belém do Pará, onde foram informados dos trabalhos e assinados os contratos de trabalho.

Em Outubro de 1753 desembarcaram em Belém dois regimentos militares, idos de Lisboa e nos mesmos navios tinha seguido todo o material necessário para o levantamento astronómico das regiões a serem demarcadas. As unidades militares constituíam as guarnições de Macapá e da fortaleza a ser erguida no rio Branco.

Dificuldades com resistência aos trabalhos, deserções de trabalhadores (mão de obra), e a possível oposição jesuítica ao plano das demarcações, levou Mendonça Furtado a queixar-se a seu irmão Marquês de Pombal. Este acabou por expulsar todos os jesuítas do reino, e de todas as colónias de Portugal em 1759.

Em 2 de Outubro de 1753, Mendonça Furtado partiu de Belém para Mariuá, no rio Negro, com 25 embarcações e 782 pessoas (12 pilotos, 411 remeiros, 62 escravos e 205 soldados, 3 capelães e ainda cirurgiões, engenheiros, geógrafos, desenhadores, matemáticos e outros técnicos diversos). Chegou a Mariuá em 28 de Dezembro de 1753.

Tendo posto os técnicos a trabalhar durante a viagem, obteve:

“Mapa geográfico dos rios por onde navegou o Ilmo. e Exmo. Senhor Francisco Xavier de

Mendonça Furtado, sahindo da cidade de Pará para o arraial do rio Negro no dia 2 de Outubro de 1753, com a exacta delineação da maior parte do rio Amazonas e rio Negro por onde o mesmo senhor continuou a viagem até à aldeia de Mariuá“

Após dois anos de espera em Mariuá pelos castelhanos, Mendonça Furtado regressou ao Pará em 23 de Maio de 1756, sem ter contactado com a turma espanhola.

Gomes Freira de Andrade, foi nomeado chefe das comissões que actuavam no sul do Brasil sendo-lhes destinadas as demarcações das fronteiras terrestres com as colónias espanholas que confrontavam com a colónia portuguesa, que viriam a ser o Uruguai, a Argentina, o Paraguai e a Bolívia.



Fig. 47 – Tenente General Gomes Freire de Andrade

Para as partidas do Norte e Centro, como se disse, o Capitão de Fragata Mendonça Furtado foi o escolhido para a sua direcção e uma das suas acções foi eliminar a “língua geral” dialecto criado pelos missionários jesuítas para facilidade de ligação com os indígenas, e obrigar todo o mundo a falar português.

Dificuldades na execução de cartografia no Brasil:

São notórias algumas das dificuldades para cartografar o Brasil como:

- a Solidão, a Fome, e o Desconforto;
- A presença de animais selvagens e a presença de indígenas selvagens, chamados Índios;
- O transporte em canoas de couro cru, naufrágios e mortes;
- Rios caudalosos e a existência de inúmeras “Cachoeiras” como a apresentada nas imagens.



Fig. 48 – Obstáculos ao reconhecimento dos rios³¹. (Note-se à esquerda da figura 48, um matemático-astrónomo fazendo observações.)

A. Gusmão, com conhecimentos de cartografia, e dispondo, como declarava, de informações desconhecidas dos espanhóis, elaborou o “Mapa dos confins com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional”, mapa que ficou conhecido como o “Mapa das Cortes”. Este mapa foi enviado para Espanha em 8 de Fevereiro de 1748. É lógico que tal mapa foi viciado para obter os efeitos políticos exigidos por D. José e por Gusmão, de modo a enganar os espanhóis minimizando as perdas deste país no Cuiabá, no Mato Grosso e na Amazônia. Os soberanos espanhóis foram mal informados pelos seus jesuítas, que, por negligência ou falta de interesse, não tinha feito mapas pormenorizados das regiões de Chiquitos e de Moxos. A maior parte dos frades jesuítas, pouco conhecia de astronomia e de cartografia, por não ter interesse para a sua acção missionária.

Ambas as autoridades reais, quer de Portugal quer de Espanha, apoiaram com grande empenho os trabalhos de demarcação das fronteiras e assim é grande a lista de apoios em instrumentos matemáticos, de apoios em meios de navegação, em meios em pessoal, incluindo, carregadores e escravos para actuarem como remadores das canoas das brigadas de campo de demarcação, conhecidas como “Partidas”.

A. Gusmão elaborou o projecto de tratado em

³¹ Francisco Requena y Herrera-1788



Fig. 49 – Rio Apoporís, outro dos obstáculos ao reconhecimento⁵².



Fig. 50 – "Partida" em trabalhos de campo.

1748, onde Portugal cederia a Colônia do Sacramento no Rio da Prata e territórios adjacentes, além do arquipélago das Filipinas e ilhas adjacentes. Receberia então em troca os territórios do Brasil para oeste do meridiano das Tordesilhas, limite este abolido então pelo convênio.

Para a demarcação haveriam de ser cumpridos dois princípios:

-No direito romano "utiposseditisitapossediatis", traduzido por "já possui, continuaís possuindo";

-Substituir a fronteira convencional por "balizas" naturais e permanentes, como "cumeadas e linhas de água".

Assim Espanha cedia a Portugal:

A bacia hidrográfica do rio Amazonas

Territórios ocupados por portugueses nos distritos de Cuiabá e Mato Grosso

A Sul, a margem setentrional do rio Negro

As margens e sertões orientais dos rios Uruguay e o afluente Pepiri

Concluiu-se que "localmente as fronteiras seriam objecto de ajustes feitos por comissários

habilitados de ambas as coroas, que deveriam visitar toda a fronteira que o projecto se limitava a apontar".

Jaime Cortesão conta que:

-a costa nordeste foi distendida 4,5^o para Leste, de modo a que o meridiano de Belém (do Pará) passasse pelo rio Grande de S.Pedro, que deveria beirar a ilha de Santa Catarina;

-o alto Paraguay é desviado 4^o e 7^o para Leste;

-o Amazonas até ao Javari é reduzido de 3^o;

-o Madeira com o Guaporé, mais seus afluentes incluso o Tocantins, sofreram desvios para Leste que chegam a 9^o.

A manufactura do Mapa das Cortes, segundo Azevedo Coutinho, baseou-se:

-cartas e mapas de D'Anville (1733) e de La Condamine (1754);

-mapa executado por Gomes Freire de Andrade, do Paraná ao Cuiabá;

-no Mapa Novo do Reino de (Nova) Granada do Padre José Gumilha, sobre o rio Orinoco;

-Relações e "Riscos" (desenhos) de alguns mineiros de mato Grosso, sobre o rio Guaporé e Missões dos Moxos;

-algumas noções dadas por missionários carmelitas do rio Negro, do território entre os rios Amazonas e o Orinoco.

O Tratado de Madrid foi assinado em 14 de Janeiro de 1750 após 3 anos de negociações. Para dar cumprimento ao estipulado no Tratado, as Cortes pensaram em contar com pessoal qualificado como engenheiros, astrónomos, cartógrafos, geógrafos, matemáticos e desenhadores.

As academias militares não davam vazão às necessidades pelo que se pensou na Universidade de Bolonha e depois noutros estabelecimentos de ensino superior de outros países europeus. Contrataram-se 140 técnicos europeus, de preferência alemães e italianos. Mas também houve necessidade de obter instrumentos modernos e literatura científica de vanguarda.

Infelizmente, alguns dos instrumentos

⁵² Francisco Requena y Herrera-1788

adquiridos não chegaram a ser utilizados, por excederem as necessidades dos técnicos.

Houve que escolher “comissões inteligentes” que deveriam visitar toda a raia.

Em 1751, após a morte de D. João V, D. José I tomou posse do governo, sendo assinado em Madrid novo tratado para esclarecimento dos comissários. Em cada Corte foram criadas duas comissões mistas sendo uma para actuar a Norte, na bacia amazônica e outra no Sul, na bacia platina.

Comissões Mistas de Demarcação de Limites

Cada comissão foi dividida em três Partidas de Tropas:

Portugal	Espanha
Comissão Sul	
Gomes Freire de Andrade Capitão General da Capitania de Rio de Janeiro	Gaspar Telle Espinosa, Marquês de Valdelirios
1º Encontro 18 de Outubro de 1752	
1ª Partida Regato de CastillosGrandes até Ponto no rio Ibucuí na margem oriental do Uruguay	
Miguel Ângelo Blasco	D.Joan de Echevarría Capitão de Navio

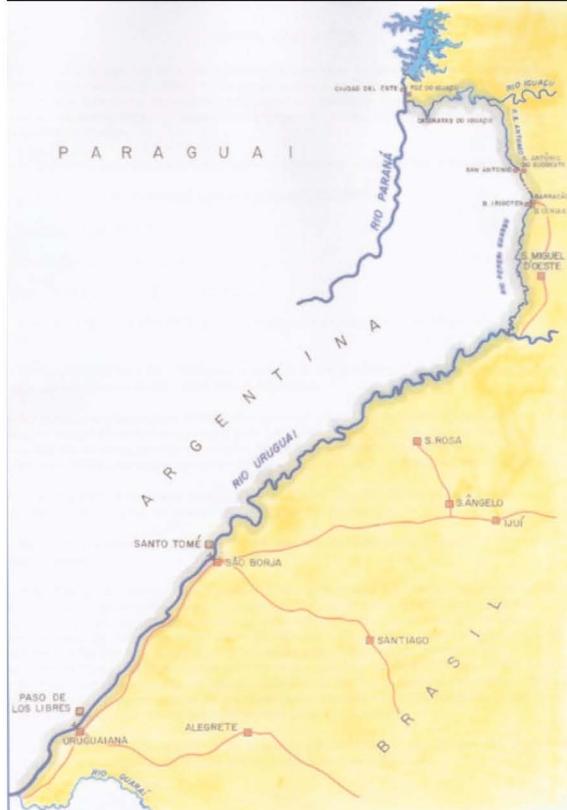


A fronteira com o Uruguai vai do Arroio Chui, rios Quaraí e Jaguarão, até à tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai.

Colocaram o 1º Marco “Pontadel Marco”, perto de Castilhos Grandes.

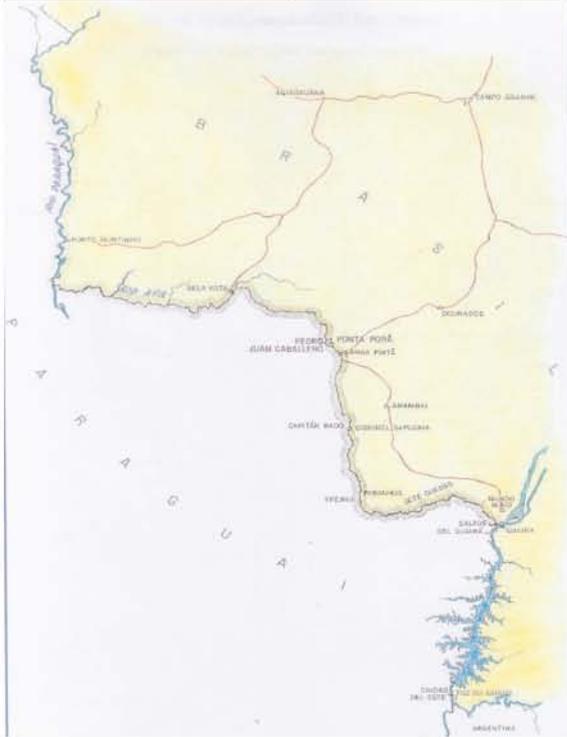
Interrupção dos trabalhos em Março de 1753 por oposição dos jesuítas e dos índios. Guerras Guaraníticas.

Em Maio de 1758 continuação dos trabalhos interrompidos	
José Custódio de Sá e Faria	?
Trabalhos terminados em 7 de Julho de 1759	
2ª Partida (alterada pelos acontecimentos nos 7 Povos das Missões) Foz do rio Ubicuí no rio Uruguay, seguir até rio Igurei, acima do Salto Grande do Paraná.	
Coronel Engº José Fernandes Pinto Alpoim	D.Francisco de Arquedes
Início da actuação em 27 de Julho de 1758. Início dos trabalhos 8 de Janeiro de 1759. Terminaram em Dezembro de 1759, na Missão de S.Francisco Xavier. Erro na identificação da nascente de Pepiri.	



A linha de fronteira começa na foz do rio Quaraí segue pelo rio Uruguai, rio S. António e rio Iguaçu, até à cataratas do mesmo nome.

3ª Partida De Novembro de 1753 até Dezembro de 1754. Entre a boca do Igurei e a foz do Jaurú, depois subindo o Pataguais e atravessar a lagoa de Xarais.	
Sargento Mor Custódio de Sá e Faria, com exercício de engenharia	Capitão de Fragata Manuel António Flores



A fronteira com o Paraguai, começa a sul na Foz do Iguaçu, Sete Quedas, Ponta Porã, rio Apa e rio Paraguai.

Terminaram os trabalhos em 16 de maio de 1755.	
Outros colaboradores Manuel Vieira Leão Manoel Pacheco de Cristo Jean Benoit (João Bento Pithon)	D. Ignacio de Mendizabel y Vildósol D. Alonso Pacheco Solis André Vaz Figueira

Comissão Norte	
Portugal	Espanha
Comissários	
Capitão de Fragata Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal) Governador de Grão Pará e Maranhão. 30 de Abril de 1752	Capitão de Navio D. José de Iturriaga, depois Chefe de Esquadra.
Mendonça Furtado subiu o rio Amazonas quando soube que os espanhóis tinham saído de Cádiz. Saíram de Belém do Pará, e três meses depois estavam na Missão de Mariuá, local combinado para o encontro das duas comissões.	Partiram de cadiz em 15 de Fevereiro de 1754. Chegaram a Cumaná, na Venezuela, em 9 de Abril.
<p>A comitiva portuguesa era composta de 796 pessoas que embarcaram em 25 canoas, entre as quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Oficiais do exército -Capelães -Pessoal de apoio -Técnicos especialistas para as demarcações. Chegados em 1753: -Padre Ignácio Semartoni -Sargento Mor Sebastião José da Silva -Capitão João André Schwebel -Ajudante Filipe Sturm - “ Adão Leopoldo de Brenig -Dr. João Ângelo Brumelli -Capitão Gaspar Geraldo de Gronsfeld -Capitão Gregório Rebelo Rodrigues Camacho -Ajudante Henrique António Galluzi -Tenente Manuel Gota -Arquiteto António José Landi 	

1ª Partida

Boca do rio Javari, afluente direito do Solimões (Amazonas antes do rio Negro),

até à boca mais ocidental do Japurá. Subir este rio até à cabeceira e seguir pelo seu afluente virado

a norte até atingir o alto da cordilheira dos montes que medeiam o Orinoco e o Amazonas ou Maranhão e pelos cumes dos montes até Oriente, até onde se estendesse o domínio de uma e outra monarquia.



A fronteira com a Venezuela, é definida pelas cumeadas das serras Imeri, Tapirapecó, Uruçuzeiro, Parima, e Pacaraima até à fronteira com a Guiana.



Os rios Maú e Tacutu e cumeada da serra de Acaraí servem de fronteira com a Guiana.



As cumeadas das serras Acaraí e Tumucumaque definem a fronteira com o Suriname. As cumeadas da mesma serra Tumucumaque e o rio Oiapoque definem a fronteira com a Guiana Francesa.



Com a Colômbia a fronteira saltita entre os rios Içana, Maupés, Papuri, afluentes do rio Negro, para o Paçaíba, e Caquetá afluentes do Japurá, até ao Solimões em Benjamin Constant, encontro com o Javari. Este último faz fronteira com o Peru.

2ª Partida

Confluência do rio Negro com o Solimões (Amazonas) e descendo o primeiro, determinar o ponto médio do seu curso, implantando aí um marco. Depois a fronteira segue uma linha Leste-Oeste até ao rio Javari que entra no Amazonas pela sua margem austral (sul). Seguir pelo Amazonas até encontrar a boca mais ocidental do Japurá.



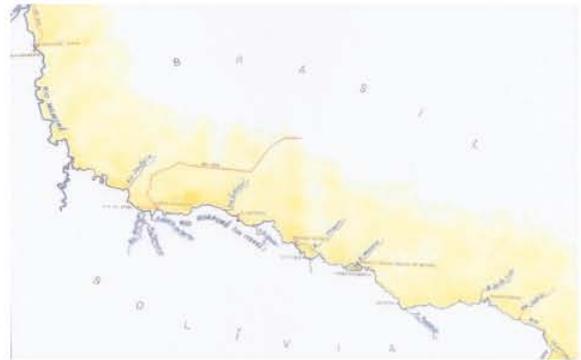
Esta fronteira com o Peru, seguindo o Javari, e saltando para o Juruá e para o Purus até Assis Brasil, onde se confronta com a Bolívia.

3ª Partida

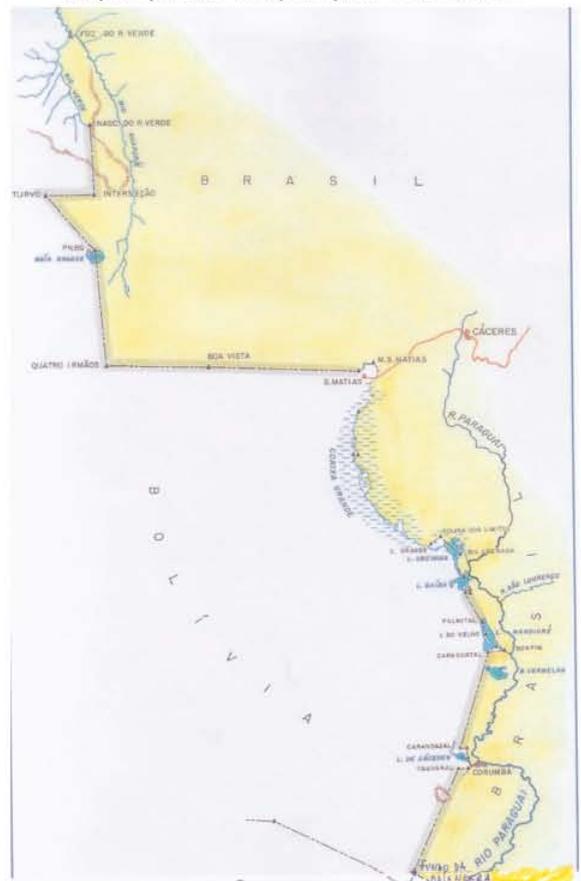
Da foz do rio Mamoré no Madeira, subir o Guaporé (como fronteira) até ao rio Sararé. Depois a for do rio Jaurá na Lagoa de Xarais.



Com a Bolívia, a fronteira segue de Assis Brasil, para Leste, por Brasileia, rios Rapirrã e Abunã até aos rios Madeira e Mamoré;



Depois pelo rio Guaporé para sul e sueste;



Por rio Verde, Quatro Irmãos e S. Matias e pela zona do Pantanal, Corixa Grande, Fundo da Baía Negra, cruzando o Rio Paraguai, já confrontando com o Paraguai (País).

O encontro das Comissões estava preparado para Mariuá (Barcelos) onde Mendonça Furtado esperava os espanhóis e os esperou por dois anos, mas estes não apareceram.

Em 1758 Mendonça Furtado teve de regressar a Belém do Pará.

No entanto, os técnicos portugueses não ficaram inactivos. Uns elaboraram cartas, outros planearam fortalezas, projectaram edifícios civis e religiosos em Belém, e quatro deles, o sargento mor Sebastião José da Silva, o alemão Filipe Sturm como ajudante, o capitão José André Schewebel e o astrónomo padre Semartoni (Steumar Tony), construíram a segunda carta do Amazonas com longitudes observadas, depois de La Condamine.

Novas Comissões Mistas	
Sul	
1ª Comissão Marquês do Lavradio	
Do Chui ao Salto Grado do Paraná	
Sul	

Aguardar espanhóis	Assunção- Paraguay Jaurú, Guaporé e Saráre
3ª Comissão Governador de Mato Grosso Vila Bela. Rio Guaporé, Javari, na boca mais ocidental do Japurá	
4ª Comissão Capitão General do Pará Belém para o rio Negro.	

Eis os trabalhos da 4ª Comissão Portuguesa:

Área desta Comissão	Rio Negro e afluentes do Norte do Solimões
Coordenador	Governador de Mato Grosso, General João Pereira Caldas
Comissários	Tenente Coronel de Artilharia Teodósio Constantino de Chermont Sargento Mor engenheiro Henrique Wilkens de Matos, depois Capitão General de Rio Negro Manuel Gama Lobo de Almada
Astrónomos	Dr. José Simões de Carvalho Dr. José Joaquim Vitório da Costa
	Eng. Eusébio António Ribeiro Eng. Pedro Alexandrino Pinto de Sousa
Apoios	Sanitário Religioso Militar Logístico.
Disponha ainda de um provedor, um secretário, uma força militar com o seu comando e remadores índios.	

Eis os trabalhos da 4ª Comissão Espanhola:

Comissário: D.Francisco de Requena, governador de Maynas

A comissão era muito reduzida, não tinha pessoal técnico qualificado, não tinha astrónomos nem geógrafos nem outros engenheiros. O próprio Comissário sendo engenheiro e bom desenhador, não sabia determinar coordenadas e tendo esta partido durado 10 anos, foi sucessivamente enganada pelos técnicos portugueses.

Membros da 4ª Partida Espanhola:

-Segundo Comissário Capitão de Milícias de Quito, Filipe de Arechua

-Cadete habilitado a oficial, secretário Gaspar de Santistevan

-Cadete habilitado a oficial, ajudante Juan de Salinas

-Capelão Mariano Bravo

-Cirurgião Manuel Vera

-Tenente de Milicias, agregado Joaquim de Bustos

-Guarda armazéns Justo Nunar

-Cosmógrafo Apolinário Dias de La Fuente (com problemas de saúde)

Em Abril de 1778, Requena já se encontrava em Tabatinga no rio Solimões, mas só 3 anos depois chegou a Comissão Portuguesa. (Abril de 1781).

Em 1790 Requena decidiu retirar-se, mas a linha de fronteira não estava definida.

Entretanto em Mato Grosso...

A 3ª Partida de Limites Comissário: General Pereira Caldas	
Engenheiros	Ricardo Franco de Almeida Serra Joaquim José Ferreira
Astrónomos	Dr. António Pires da Silva Pontes Leme Dr. Francisco Lacerda e Almeida, em Mato Grosso em 1782, depois Moçambique Tete.
Lacerda e Almeida determinou as coordenadas do ponto médio do rio Madeira, entre a foz no Amazonas e o rio Mamoré. Explorou os rios entre S. Paulo e Cuiabá, que serviam como “estrada das monções”.	
Em 1782 exploraram o rio Paraguay, do Juarú até à Baía Negra	Desencontraram-se com a comissão espanhola. Não houve trabalho de conjunto por dificuldades políticas e militares

Entretanto no Sul...

1ª Partida de Limites	
Entre Castillos Grandes e o rio Jaurú, com pessoal técnico apoiado.	
Portugal	Espanha
Comissário Governador de Rio Grande do Sul Brigadeiro Sebastião Xavier de veiga Cabral	Comissário Capitão de Navio D. José Varela y Ulloa
2º Comissário Coronel Francisco João Roscio	2º Comissário Tenente de Navio D. Rosendo Rico Negron
Engenheiro Capitão Alexandre Eloi Portelli Ajudante Francisco Chagas Astrónomos: Capitão Joaquim Feliz da Fonseca e José Saldanha	Engº Capitão D. Bernardo Lecoq Geógrafo D. Joaquim Gundin
2ª Divisão	
	Comissário Tenente de Navio D. Diogo de Alvear Engº ajudante D. José Maria Cabrer Geógrafo e Piloto D. André de Oyarvide
Lenta actuação e falta de entendimento de uma maneira geral entre as comissões. Por vezes a falta de directivas e de orientações ditaram o encerramento dos trabalhos. A situação de guerra na Europa, a guerra de 1801 entre Portugal e Espanha, e as invasões francesas no Portugal europeu, etc., levaram a que não chegassem a bom termo estes trabalhos comuns.	

O ano de 1750 define o fim da idade do ouro do Brasil, com a morte de D. João V, que reinou durante 44 anos, o maior reinado de qualquer rei português, e inicia o reinado de D. José I, e do seu primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Marquês de Pombal. Sinésio Gomes chama-lhe a “época do despotismo esclarecido”.

à gestão dos jesuítas. Em 1726 os portugueses fundam Montevidéu e a Colónia do Sacramento e tentaram ocupar a entrada do Prata, com a criação de Rio Grande de S. Pedro e de Porto Alegre.

Em 1750 o tratado de Madrid que teve boa aceitação em Espanha, teve mau acatamento nas demarcações no Sul.

Houve que trocar a Colónia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, no sul, e na Amazônia ceder a margem norte do rio Negro, e a área Javari-Japurá, na margem esquerda do rio Solimões.

Esta luta de interesses deu origem à Guerra Guaranítica.

Outras informações avulso, sobre contactos com indígenas perigosos:

-O Chefe da Comissão de limites entre Brasil e Bolívia em 1901 Luiz Cruls, informa num seu relatório o seguinte:

“(...)nenhum vestígio de índios encontrou a Comissão a nosso cargo pelo menos durante a viagem de subida do rio, embora a região circunvizinha estivesse habitada por diversas tribos, como provam vários factos de que tivemos conhecimento(...)

“(...)Na madrugada de 19-20 de Agosto, os índios haviam dado cerco a um barracão, denominado S.Jorge, poucas milhas abaixo de Bolognesi e exterminando todos os moradores em número de 16. Essa tribo não usa nem arco nem lança, mas unicamente sabres bastante afiados, feitos de madeira dura e resistente (...)

(...) Seja como for, os índios, que tinham certamente conhecimento da nossa presença na região, nunca nos molestaram. Talvez possa ser isso atribuído à precaução que tomámos diariamente, ao anoitecer, mandar algumas descargas com armas de fogo e fazer explodir uma ou duas bombas de dinamite cuja violenta detonação é semelhante a um tiro de peça, e que produzia um eco que se repercutia ao longe pelas florestas marginando o rio(...)

No artigo “Uma potência e uma liderança

regional em construção” José Ricardo Martins afirma:

É histórico que o Brasil sempre teve ideias expansionistas não cumprindo os tratados de demarcação de fronteiras que tinham tido origem no mui antigo Tratado de Tordesilhas no remoto ano de 1494, entre Portugal e Espanha. No cumprimento do tratado de Madrid em 1750 o anterior Tratado voou para o espaço, e assistiu-se à expansão desta colónia de então para uma área dupla da que caberia a Portugal se se mantivesse o determinado no primeiro tratado. Mas houve muitos mais tratados sendo os mais importantes os seguintes:

-do Pardo em 1761

-de Santo Ildefonso em 1777.

“A sequência da demarcação das fronteiras foi uma sucessão de acordos políticos, tratados internacionais e arbitragem internacional, além da antiga prática uti possidetis”.

A Comissão Demarcadora Brasileira dirigida pelo Barão do Rio Branco no final do Brasil Colónia e início do Brasil República conseguiu juntar e definir o corpo do país através de demorados trabalhos de campo e muita diplomacia.

Todos estes trabalhos demoraram e assim:

Os acordos de fronteira com:	Terminaram em:
Guiana	1939
Suriname	1938
Guiana Francesa	1981
Venezuela	1973
Peru	1927
Colômbia	1937
Bolívia	1979
Argentina	1927
Uruguai	1978

Como se pode ver os trabalhos duraram até à década 80 do século passado. Ou seja quase 500 anos, para se resolverem totalmente.

Em 1754 na confluência do rio Jaurú e do rio

Paraguay, num local de latitude 16°24'S, um marco limitante é plantado entre posses portuguesa e espanhola. No entanto, a pendência entre os dois países não acabou, pois há mais 15 anos de guerra até 1777.



Fig. 52 – Marco na fronteira com Paraguai na ilha Coronel Braga.



Fig. 53 – Marco de fronteira com Uruguai, na Coxilha de Santana (1854).

Para a história, podemos distinguir alguns dos técnicos que melhor apoio deram ao desenvolvimento da Amazônia e do Brasil (ver tabela).

Schwebel retratou todas as povoações entre Belém e Mariuá.

Galluzzi fez o Mapa Geral do Bispado do Pará em 1759, e o projecto da Fortaleza de Macapá.

Sambucetti, autor do projecto de Mazagão, vila do Estado de Amapá e do Forte Real Príncipe da Beira no rio Guaporé.

Wilkens responsável pelos trabalhos de reconstrução de Macapá.

Gronsfeld autor de projectos para Belém.

Sturm autor do projecto de transformação de

Função	Origem	Nome e posto
Desenhador	Bolonhês	António José Landi
Engenheiro	Alemão	Capitão João André Schwebel
Engenheiro	Alemão	Capitão Gastar João Geraldo Gronsfeld
Engenheiro	Português	Capitão Gregório Rebello Ribeiro Camacho
Ajudante Eng ^o	Alemão	Adam Leopold de Breuning
Ajudante Eng ^o	Mantuanos	Henrique António Galluzzi
Engenheiro	Português	Sargento Mor Sebastião José da Silva
Ajudante Eng ^o	Alemão	Philippe Sturm
Ajudante Eng ^o	Português	Tenente Manuel Gota
Matemático	Bolonhês	João Angelo Brunelli
Astrónomo	Húngaro	Padre Jesuíta Ignácio Szentmartony
Auxiliar Matemático	Italiano	Domingo Sambucetti
Cirurgião	Italiano	Daniel Panelli
Aprendiz Matemático	Português	Henrique Wilkens

Mariuá na vila de Barcelos e das fortalezas de S.José de Marabitanas no rio Negro e de S.Joaquim no rio Branco.

Landi foi o que mais fama criou sendo autor de projectos de inúmeras vilas amazónicas e de outras reformas em Belém.

Só mais um ponto, permito-me fazer uma pequena observação comparando a heroicidade destes bandeirantes e entradistas, que penetravam no mato sem saber onde iam terminar essas aventuras, que quase não foram contadas nem tomadas em consideração pela história, embora fossem caminhados ao longo do Amazonas, que

em linha recta, conta mais de 4000 km, com o por outro lado muito conhecido Sr.Livingstone que apenas se deslocou pouco mais de 2000 km em trajectos já conhecidos dos portugueses, ao longo do rio Zambeze, e que tamanha cobertura jornalística e literária obteve na Europa, tornando-o o herói inglês mais conhecido no mundo dos exploradores.

Como actualmente se afirma, se a televisão não mostrou, tal facto não teve lugar nunca.

10-Instrumentos e métodos utilizados. O Real Arquivo Militar.

A Astronomia na Amazónia no Século XVIII

El Rei D. João V ao ver uma publicação de Guilherme de l'Isle³³, chamada “*Determination Geographique de la situation et de l'étendue des diferentes parties de la Terre*”, apresentada na Academia de Ciências de Paris em 1720, sem autorização de Portugal nem de Espanha, trabalho este que cobria a América do Sul, logo se apercebeu que as colónias sul-americanas teriam

eclipses em cada 18 anos, mas os eclipses dos satélites de Júpiter podem ser observados vários em 24 horas. Havia no entanto necessidade de existirem cronómetros e de se ter estabelecido um meridiano de referência, para poder ser determinada a diferença de longitudes, e existirem tabelas publicadas em Efemérides, indicando a ocorrência dos eclipses com a indicação do ano, mês, dia e hora da ocorrência.

Assim, D. João V, recorrendo a padres matemáticos portugueses e estrangeiros e adquirindo instrumentos matemáticos e determinando que Azevedo Fortes escrevesse “*Tratado do modo mais fácil e exacto de fazer*

³³ Guillaume De l'Isle publicou diversas cartas da América do Sul desde 1700 a 1741



Fig. 54 – Mapa da América do Sul (Brasil e Peru) em 1703 por de l'Isle.

cartas geográficas, assim de terra como de mar e tirar plantas de praças”, facilitou o estudo e o trabalho dos futuros demarcadores dos limites do Brasil com as colónias espanholas da América do Sul.

a) Acções antes da expedição ao Maranhão:

Os padres matemáticos Carbone e Capassi, nomeados por D.João V adquiriram:



Fig. 55 – Manuel Azevedo Fortes

	70.650 reis
1 semi-círculo	
1 óculo graduado	11.000 reis

D. António Rolim de Moura, primeiro governador de Mato Grosso em 1750, apresentou um plano estratégico de defesa naval da sua capitania, situada no coração da América do Sul. Seria uma “frota de canoas armadas em guerra”, porque segundo ele a vitória seria de “quem por água tiver mais poder”. O mesmo Rolim de Moura, utilizou a agulha de marear para calcular a latitude de Camapuã. Lacerda e Almeida em 1790 determinou a latitude de Camapuã, com pouca diferença de Rolim. Este em 1760 tinha recebido para trabalhos

de campo:

Compassos	1 estojo completo
Quarto de círculo com óculo	1 de ver ao longe, nas alidades
Octante	1

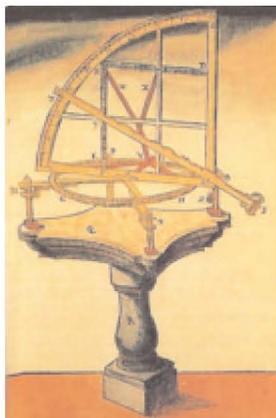


Fig. 56 – Quarto de círculo de Tycho Brahe



Fig. 57 – Octante

O quarto de círculo é antecessor do teodolito, media ângulos verticais e horizontais utilizando o mesmo quarto de círculo.

O Octante é antecessor do sextante, por reflexão de imagens media altura do Sol e de outras estrelas.

Em 1772 Pereira e Cáceres, governador de Mato Grosso marchou do Rio de Janeiro para Vila Bela, acompanhado de instrumentos matemáticos, foi registando as coordenadas latitude e longitude do itinerário que se estendeu por 569 léguas portuguesas (cerca de 2800 km), tendo levantado 116 pontos coordenados.

O mesmo Pereira Cáceres governou durante 17 anos (1772 a 1789), construiu o Forte Príncipe da Beira e criou Viseu na outra margem do Guaporé.

Em 1796 já havia em Mato Grosso:

1 agulhão ou agulha de marear, com caixa de latão

1 estojo matemático velho

2 compassos de latão com pontas de ferro

2 óculos de ver ao longe

1 vara de medir

b) Expedição do Maranhão

Esta expedição foi composta essencialmente por 15 técnicos, sendo astrónomos:

-Ignácio StzentmarTony padre jesuíta húngaro

-Doutor Angelo Brunelli matemático italiano,

consta que era também padre mas não jesuíta.

A expedição largou de Cadiz em Espanha, em 31 de Janeiro de 1754, levando consigo um geógrafo e “guarda de instrumentos” D. Apolinário D. de la Fuente, que relacionou os instrumentos destinados à expedição do Maranhão, que viajaram segundo Moura³⁴, em 35 caixas:

14 caixas	1ª partida (companhia)	
10 caixas	2ª partida	
7 caixas	3ª companhia	
4 caixas	Companhia geral	Sendo: 3 caixas de livros 1 caixa de chaves

Nessas caixas seguiram alguns dos elementos seguidamente descritos:

-Telescópios com micrómetro, aproximava as imagens observadas e media a deslocação das estrelas.

-Óculos, para aumentar as imagens longínquas.

-Termómetros, media as temperaturas.

-Microscópios, aumentava muito as imagens de pequenos e muito pequenos objectos.

-Suporte de lunetas longas, apoios de lunetas pesadas, pouco cómodos para a Amazónia.

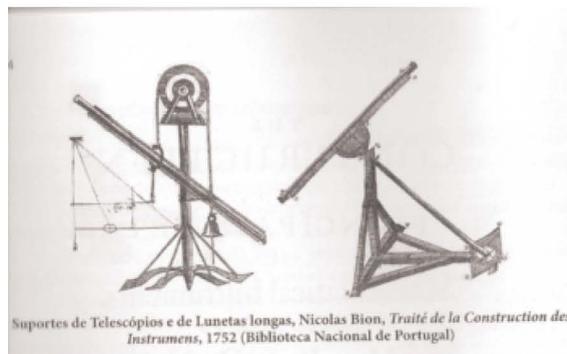


Fig. 58 – Apoios de lunetas longas³⁴

³⁴ Carlos Moura - A Astronomia na Amazónia no sés,XVIII

-Relógios, importantes para a determinação das longitudes, ou diferenças de longitudes.

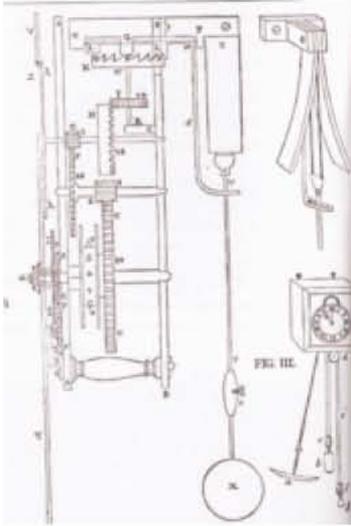


Fig. 59 – Relógio de pêndulo de Huyghens

-Micrómetros de leitura de precisão, permitiam melhorar a observação da passagem das estrelas no meridiano do lugar.



Fig. 60 – Micrómetro de Auzout ou parafuso micrométrico.

O micrómetro de Auzout permite girar um parafuso que desloca um fio diante da ocular de uma luneta, para levar esse fio com toda a precisão até à imagem da estrela. Referenciando-se num tambor graduado o ângulo que gira o parafuso, medem-se deslocamentos do fio até ao centésimo de milímetro.

-Quadrantes ou quartos de círculo móveis, já foram utilizados nos trabalhos de demarcação dos limites.



Fig. 61 – Quarto de círculo usado no séc.XVIII

No século XVIII os instrumentos são mais portáteis e passíveis de serem utilizados nas matas da Amazônia.

-Bússolas, permitem obter o Norte Magnético.



Fig. 62 e 63 – Relógio de sol com bússola e bússola de campo.

-Teodolitos, com limbos verticais e horizontais permitem mais rendimento nas observações.



Fig. 64 – Teodolito séc. XVIII

-Estojo de Matemática com seus compassos medidores, desenhadores e redutores.

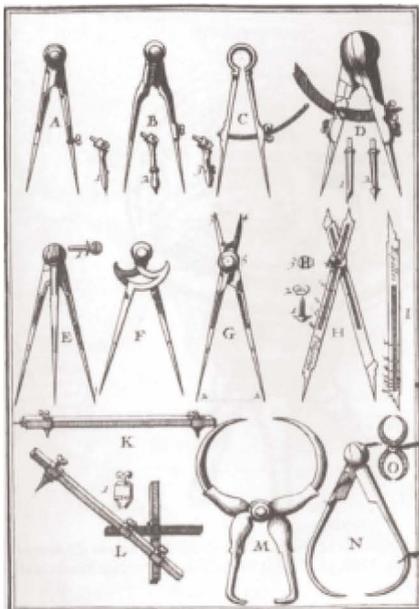


Fig. 65 – Estojo Matemático³⁵

-Grafômetro, medindo ângulos verticais e horizontais, com alidade móvel e pínulas de pontaria. Alguns tinham bússola acoplada.

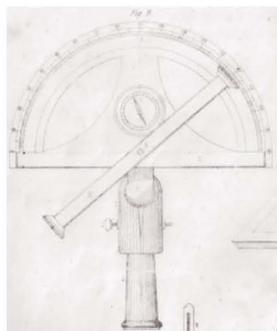


Fig. 66 e 67 – Grafômetros séc. XVIII

-Pranchetas, para desenho e implantação dos levantamentos.

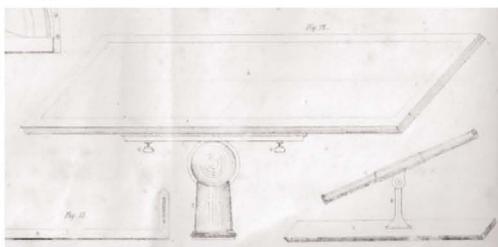


Fig. 68 – Prancheta para levantamentos expeditos

³⁵ Carlos Moura - A Astronomia na Amazônia no sés, XVIII

-Barômetros, medindo a pressão atmosférica e diferença de altitudes.

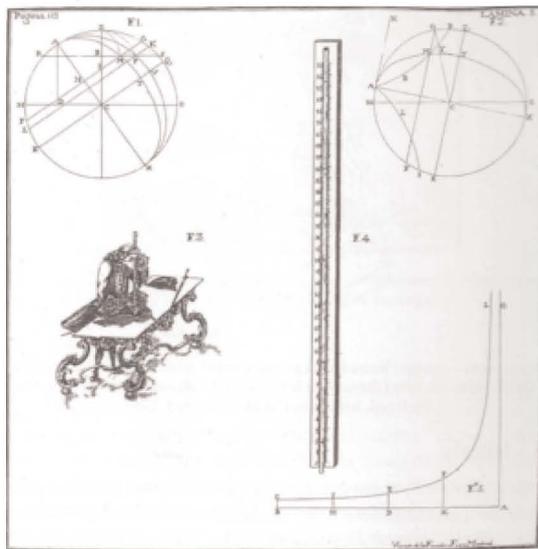


Fig. 69 – Barômetro usado por Jorge Juan e António Ulloa, 1748.³⁶

-Níveis, medindo a diferença de cotas entre dois pontos.

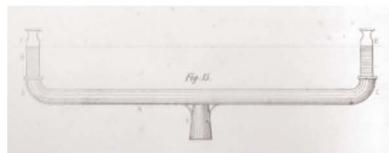


Fig. 70 – Nível de água

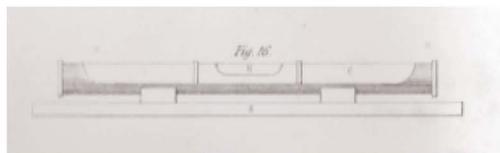


Fig. 71 – Nível de bolha de ar

-Réguas, como auxiliares de desenho

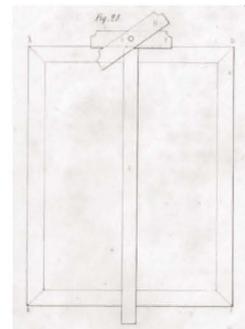
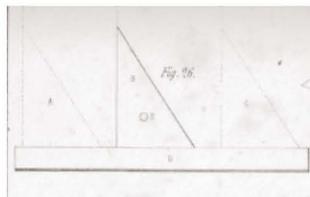
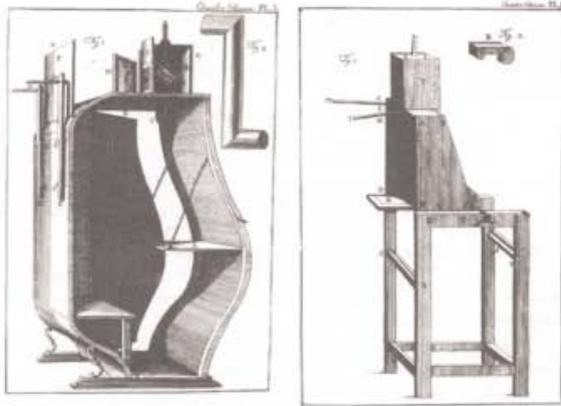


Fig. 72 e 73 – Réguas, esquadro e régua em T

³⁶ Carlos Moura - A Astronomia na Amazônia no sés, XVIII

-Câmara escuras, permitindo como que “fotografar” as imagens obtidas por reflexão em superfícies vidradas.



Câmaras escuras descritas por Gravesande, *Oeuvres Philosophiques et Mathématiques*

Fig. 74 – Câmaras escuras para obter imagens reflectidas.³⁷

-Tabelas astronómicas, auxiliares na determinação das longitudes dos lugares de observação.³⁷

Zanotti, *Ephemerides Bononicæ*, 1750, (Biblioteca de Ajuda).

Fig. 75 – Tabelas de eclipses de satélites de Júpiter

³⁷ Carlos Moura - A Astronomia na Amazônia no sés. XVIII

Livros para a expedição do Maranhão³⁸

Relação dos livros comprados e levados para o Brasil para as Partidas da Demarcação dos Limites.

Título	Autor	Nº de Volumes
Tratado dos limites da América entre as coroas de Portugal e de Espanha		7
Relação histórica del viagen a la América meridional para medir un grau de meridiano terrestre	António de Ulloa e Jorge Juan	4 de viagens 1 de observações astronómicas
Observações Astronómicas Plústicas en los reinos del Peru	Idem	1
Plústica Gravesandi	Willem-Jakob's Gravesande	2
Cursos de Matemática	Declales	4
Figura da Terra	Bouguer	1
Curso de Matemática	Wolfio	2 jogos
Efenérides	Zanotti	6
Elementos de Matemática	Dendier	2
Obras de Mariotte	Mariotte	2
Tratado de Fluxões	Maclarin (séries de Maclarin)	4
Astronomia Náutica	Maupertuis	3
Tratado de Trigonometria	Ozanani	3
Journal de Voiaje	La Condantine	4
Specula Partienopda	Ciampriano	1
Gramática Geográfica	Gordon	1
Figura da Terra	Clairon	1
Philosophica Naturalis principia mathemática	Isaac Newton	1
Instrumentos de matemática	Bion	1
Ensaio de Plústique	Petrus van Musschenbroek	2
Descobertas Plústificas de Theuton	Maclarin	1
Astronomia	Cassini	1
Tabelas de senos, tangentes e secantes	Ozanani	6

Em Junho de 1750 reuniram-se em Genebra os 14 técnicos contratados para trabalharem nas comissões demarcadoras. Os engenheiros contratados e os astrónomos ficaram dois anos e

³⁸ Carlos Moura - A Astronomia na Amazônia no sés. XVIII

9 meses em Lisboa a aguardarem embarque para o Brasil.

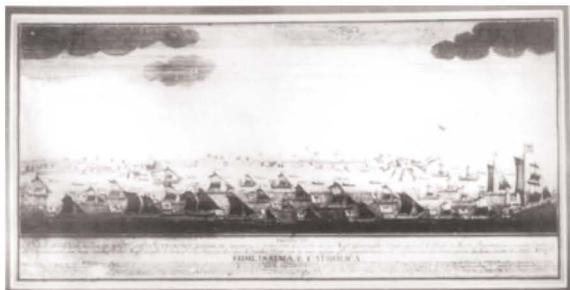


Fig. 76 – Saída da Expedição ao Maranhão, de Belém do Pará em 1753.

Viagem de Belém de Lisboa a Belém do Pará³⁹

Saíram de Lisboa em 7 de Junho de 1753 juntamente com uma frota de 23 navios mercantes. Com essa frota saiu também uma frota para o Maranhão e Grão Pará composta de 9 navios, comboiada por duas naus de guerra e mais 2 frotas de 4 navios para Belém, que chegou a 20 de Julho, e outra de 5 navios para S. Luis do Maranhão que chegou a 15 de Julho.

Nessa viagem tomou parte o Padre Doutor João Ângelo Brunelli, como sabemos contratado por D. João V. Este astrónomo era muito contestador, por tudo e por nada, até porque ficou sob as ordens do “Colonnello Blasco, que só era engenheiro ou seja “*medidor prático*” e ele como astrónomo merecia ser o chefe da missão. Terminada a Missão na Amazónia, após oito anos de trabalhos, foi professor do Real Colégio dos Nobres em Lisboa em 1765 e na Academia Real da Marinha em 1779.

Também tomou parte da missão o jesuíta Padre Ignácio Szentmartonyi, como astrónomo e matemático. Em 2 de Outubro de 1754 Mendonça Furtado estando em Mariuá com o jesuíta, escolheu-o para a demarcação de maior responsabilidade, marcar a fronteira definida pelos rios Madeira, Guaporé e Mamoré.

Este fez um enorme trabalho de responsabilidade, mas como o Marquês de

Pombal entrou em guerra aberta com os jesuítas, Szentmartonyi deu entrada no Forte de S. Julião da Barra em Lisboa em 1769. Só foi libertado em 1777 por morte de D. José e perda de poder do Marquês de Pombal.

Marcos Carreira de Mendonça documentou a governação de Mendonça Furtado, meio-irmão do Marquês de Pombal, entre 1751 e 1759, em três grossos volumes.

Observações astronómicas:

São mais visíveis os eclipses da Lua, mas como se disse, são raros, só 29 eclipses em cada 18 anos. Assim, depois de Galileu ter mostrado que era possível ver os quatro principais satélites de Júpiter, e portanto as suas ocultações, se se observar o mesmo eclipse, num determinado momento num local e noutra momento noutra local, a diferença de tempo, horas minutos e segundos, permitem calcular a diferença de longitude entre os dois locais de observação. O único problema era ter um relógio ou cronómetro de confiança nos dois locais, e ter informações publicadas em Efemérides que prevêem a ocorrência dos eclipses com indicação do ano, mês, dia e hora do acontecimento, além de também ter um meridiano de referência para os dois observadores. Só em 1884 se assentou no meridiano internacional de Greenwich, pelo que na Amazónia foi utilizado o da Ilha do Ferro nas Canárias.

Segundo Moura, o Jesuíta Szentmartonyi fez as observações em 17 locais entre Pará e Mariuá, determinando-lhes não só as latitudes como ainda as longitudes em relação ao meridiano da Ilha do Ferro. Para as longitudes usou um eclipse da Lua em 12 de Outubro de 1753 e de alguns satélites de Júpiter, achando para a cidade do Pará 329° a partir da Ilha do Ferro.

Em 1 de Outubro de 1754 foram observadas diferenças de longitudes entre Macapá e Pará da ordem de 2° e 24 minutos, ficando Macapá a Oeste de Pará. Estas medições foram feitas no

³⁹ Carlos Moura - A Astronomia na Amazónia no sés, XVIII

Pará por João Brucelli e Domingos Sarbuexeli, e em Macapá por Szentmarlonyi e seu ajudante Enrique Wilckens.

Também foram medidas as longitudes em 1755, usando um eclipse da Lua de 1755, a 27 de Março, estando Sarbuexeli no Pará e Szentmarlonyi em Mariuá, com o resultado de 14° e 15 minutos, ficando Mariuá a Oeste do Pará.

Consultando o Google Earth, obteve-se para estas duas localidades as seguintes coordenadas:

Localidade	Latitude	Longitude
Pará	1°27'19".20 Sul	48° 28'36".66 Oeste
Macapá	0°02'23".73 Norte	51° 04'19".53 Oeste
Mariuá (Barcelos)	0°57'57".33 Sul	62° 55'38".32 Oeste

Comparando as diferenças de:

Diferenças	Em Latitude	Em Longitude	
Século XVIII	1°30'	2°24'	Macapá/Pará
2014	1°29'42"	2°35'43"	
Século XVIII	0°29'	14°15'	Mariuá/Pará
2014	0°29'22"	14°27'02"	

Como cada segundo de grau corresponde a 30 metros na superfície terrestre, os erros das astronômicas em 1750 eram pequenos, porquanto seriam de:

Macapá / Pará:

Latitude 18" x 30 metros = 540m

Longitude 11'7" x 60x30 = 21.078 km

Mariuá / Pará:

Latitude 22" x 30 metros = 660 m

Longitude 12x60x30 12" = 21.602 km

De notar que os instrumentos eram muito pouco precisos, as condições de trabalho eram péssimas, e os conhecimentos dos técnicos e dos doutores seriam deficientes, embora sempre quisessem mostrar as suas capacidades e o seu valor, e exigissem que tudo lhe fosse proporcionado à medida dos seus desejos. Principalmente o Dr. Brucelli que desde Lisboa vinha incomodando os seus dirigentes, aos quais

não reconhecia mérito para serem seus comandantes.



Fig. 77 – Visão da zona de fronteira do Amazonas entre Macapá e Barcelos

Mas enquanto Brucelli trabalhou na Amazônia por 8 anos, o seu azarado companheiro Szentmarlonyi, por ser jesuíta e apesar de ter feito um ótimo trabalho na Amazônia, teve como paga muitos anos de prisão no Forte de S. Julião da Barra em Lisboa, como já foi referido.

O Real Arquivo Militar

Em 1798 a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, foi criada e incumbida de levantar e publicar as cartas náuticas e geográficas, bem como produzir instrumentos de navegação.

Em 1808 a família real trasladou-se para o Brasil e com ela um grupo de oficiais portugueses do Real Corpo de Engenheiros, oriundos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa, criada em 1790 por D. Maria I. Igual Academia foi criada no Rio de Janeiro em 1792, e preparava oficiais militares com "exercício de engenharia".

Simultaneamente com a invasão francesa em 1808, é transferido para o Brasil, a Real Academia das Guardas Marinhas, que tinha sido criada em 1782. Além de todo o material didático e instrumental desta Academia de Guarda

Marinhas, também seguiu para o Brasil todo o material do Observatório da Marinha, e todo o material da Sociedade Real Marítima, etc., que constituía um acervo de mais de mil cartas e plantas. Para se organizar todo este material foi necessário criar no Brasil em 7 de Abril de 1808, um segundo Real Arquivo Militar, à semelhança do Real Arquivo Militar que tinha sido criado em Lisboa em 1802.

Essa organização foi implementada por José Maria Dantas Pereira, então Capitão-de-mar-e-guerra, que em 1807 embarcou para o Brasil na Nau Conde D. Henrique onde acompanhou a Família Real. Nessa viagem fez-se acompanhar de professores da Companhia de Guardas marinhas, de que era comandante, bem como da Bandeira da unidade, e de todo o material didático e mobiliário da mesma Companhia. Este oficial de marinha foi



Fig. 78 – Contra Almirante José Maria Dantas Pereira

também um dos mentores da Sociedade Real Marítima referida acima.

O Real Arquivo Militar no Rio de Janeiro, orientou e fiscalizou obras de fortificação e construção militar, trabalhos de litografia, tipografia e impressão de cartas no Brasil.

É possível que além do material topográfico que transferiu para o Brasil, se assenhoreasse de todo o já existente quando do início das demarcações de fronteiras nos litígios com Espanha desde 1750.

O Real Arquivo Militar de Lisboa, com o material sobrance, deu origem à Inspeção de Fortificações e Obras Militares, posteriormente designado por Comando Geral de Engenharia e ainda mais tarde Direcção Geral dos Serviços de Engenharia. No entanto na sequência dos trabalhos de cartografia o seu verdadeiro sucessor em Portugal, foi o Serviço Cartográfico do Exército, que mais tarde foi denominado Instituto

Geográfico do Exército, ainda existente em Lisboa.

11- A visão espanhola sobre a demarcação dos limites

Durante quase dois séculos, apesar da decadência ter começado cerca de 1590, a monarquia espanhola foi a entidade política maior da Europa.

A verdade é que nunca houve um “império espanhol”...na prática uma confederação de principados reunidos na pessoa de um só rei.

Os “crioulos”, os espanhóis nascidos na América, nunca nasceram em “colónias”, mas sim em reinos que constituíam parte integral da coroa de Castela.

A associação de Portugal com Castela foi demasiado breve para que uma consideração do seu papel, e do seu próprio império dentro da monarquia, tivesse tido um interesse especial. No entanto, foi durante esses sessenta anos que o império português mais sofreu assaltos ao seu património territorial por parte de ingleses e holandeses.



Fig. 79 – Ataques ingleses e holandeses às colônias da Ibéria

A Espanha adquiriu as suas possessões americanas quase por casualidade. As intenções de Colombo eram relativamente modestas. Julgando ter descoberto o caminho para o Catay (Japão) pelo Oeste, somente teria podido apoderar-se de algumas ilhas para instalar Feitorias, como os portugueses tinham feito na Índia. O Papa cedeu a Castela os direitos sobre a China e a península Malaya depois deste feito, mas o que é certo é que Castela nunca tinha estado em

condições de exercer esse direito. Além disso, a América não era o Catay e seus habitantes não eram em nada semelhantes aos asiáticos, mesmo em conhecimentos técnicos.

Assim a colonização tornou-se uma realidade e os homens que embarcaram primeiro para as Antilhas e depois para a "Terra Firme", nos anos seguintes a 1494, ao contrário dos que emigravam de Portugal, iam só em busca de uma riqueza rápida em ouro ou em terras.

Na sua maioria se consideravam "fidalgos", homens que viviam da mesma maneira que durante séculos tinha vivido a pequena nobreza europeia, do trabalho dos outros e dos ganhos que poderiam tirar da terra.

O Papa Alexandre VI publicou uma bula concedendo a Fernando e a Isabel, os "Reis Católicos" de Castela, a soberania sobre todas as terras que pudessem descobrir no Atlântico, não ocupadas previamente por um príncipe cristão.

O Instrumento de "Hispanização" mais importante era, naturalmente, a língua. Por isso em todas as antigas colônias espanholas se fala o castelhano, mais ou menos puro. A primeira viagem de Colombo foi patrocinada pela Santa Irmandade, completamente castelhana. O tratado de Alcáçovas, definiu pela bula *Aeterni Regis* de 1481, que os navegantes castelhanos não poderiam descer a sul das ilhas Canárias. Como Colombo prometeu que iria para Oeste à procura do Catay (Japão) os reis de Castela e Aragão apoiaram esta aventura.

Colombo exigiu aos reis católicos:

- Ser nomeado Almirante das terras e ilhas que descobrisse, sendo o título hereditário e gozaria das prerrogativas do almirante de Castela;

- Ser Vice-rei e governador das mesmas terras;

- Ter o décimo de todas as mercadorias e géneros que se acharem ou negociarem nessas terras;

- Ter direito a participar em um oitavo da carga negociável e receber por ele um oitavo dos benefícios.

Estas condições foram aceites pelas Capitulações da Santa Fé em 17 de Abril de 1492.

Tais exigências não foram aceites por D. João II



Fig. 80 – O Meridiano que dividia teoricamente o Brasil entre Portugal e Espanha.

de Portugal, talvez devido ao exagero das mesmas ou talvez porque uma expedição anterior comandada por Fernando Dulmo em 1486 tinha falhado o seu propósito. Em

1493 o papa Alexandre VI publicou a bula *Inter Cetera*, que determinou que fosse traçada uma linha de demarcação, de norte a sul (meridiano) por um ponto situado a 100 léguas a oeste dos Açores. Portugal não concordou e deslocou esse meridiano de referência para 370 léguas, o que deu origem ao Tratado de Tordesilhas, em 1494.

Carlos V imperador das Espanhas e de vários países na Europa, teve no ano de 1521, o seu ano de glória, pois:



Fig. 81 – O imperador Carlos V e sua imperatriz D. Isabel de Portugal.

- Em Worms, em 20 de Maio, exarou a ordem de desterro contra Lutero e ordenou a queima dos seus escritos;

- Hernando Cortés entra em Tenochtitlan (México) cidade lacustre, arrasando-a, e substituiu o império azteca por um governo espanhol;



Fig. 82 – Tipo de balsa usado pelos indígenas no Amazonas para viagens maiores, talvez como a usada por Orellana.⁴⁰

-Iñigo de Loyola cria a Companhia de Jesus e avança a contra- reforma católica.

Mas o maior fracasso do reinado foi sem dúvida a aventura americana. Destinada a produzir ouro e prata para defender os ideais da cristandade, coloca-se de tal forma que os aventureiros despreocupados podem prever o mais brilhante futuro. A falta de uma verdadeira direcção cultural, os conquistadores arrasam impérios e culturas aos quais só vêem como inimigos armados cuja condição de pagãos justifica qualquer agressão.

Francisco Pizarro, nos vales andinos, atreve-se com 106 soldados e 62 cavaleiros e vence as tropas do Inca que contava perto de 10.000 indígenas.

As civilizações Aztecas e Mayas que ainda hoje surpreendem por suas criações artísticas, longe de serem apoiadas, foram em grande parte destruídas pela insaciável sede de ouro que mostravam os conquistadores castelhanos.

Os vice-reinados do México e do Peru, enviando o ouro e a prata para Espanha parecendo que aumenta a prosperidade do país, pelo contrário, levando muitos voluntários para procura de ouro na América, diminuiu o número de trabalhadores agrícolas, e em breve há fome e falta de géneros, os quais sendo importados leva esse ouro para outros produtores e a Espanha entra em colapso económico e quando Filipe II (I de Portugal a partir de 1580) em 1546 sobe ao trono, encontra uma Espanha em bancarrota.

Mas, notícias de duas batalhas na Europa em Pavia e em Mühlberg, outras notícias sobre as conquistas de impérios americanos tão grandes como toda a Europa, a Expedição de Magalhães e Elcano que demonstram a redondeza da Terra, acalmam os clamores de revolta da população que tantas dificuldades estavam passando.

Outra grande expedição, com interesse para a

⁴⁰ Francisco Requena y Herrera- 1788

história do Brasil, foi a de Francisco Orellana que percorreu e deu o nome ao maior rio do mundo, o Amazonas. Orellana participou na conquista do Peru com Pizarro, depois foi ao norte do Peru e fundou a cidade de Santiago de Guayaquil. Em 1541 foi com Pizarro procurar o El Dorado. Foi um fiasco pois os indígenas eram pobres, mas indicavam como vivendo melhor as populações rio abaixo.

No rio Cacao, subafluente do Amazonas, deslocaram-se durante 9 dias até à confluência com o rio Napo. Como era difícil voltar, resolveram construir um novo barco e em 11 de Fevereiro de 1542 chegaram ao Marañón ou Amazonas. Em 26 de Agosto de 1542 saíram para o mar aberto a norte da ilha de Marajó, chegando assim ao Oceano Atlântico.

Com a anexação de Portugal, os domínios de Filipe II abraçam todo o mundo. É rei de Castela, de Aragão, de Navarra, de Portugal, Nápoles, Sicília e Sardenha, Países Baixos, Franco Condado, de toda a América descoberta e conquistada nos Vice-reinados de Peru e México, e Brasil e enclaves portugueses em África, Índia e nas ilhas asiáticas, além das Filipinas (que levam o seu nome) pertença de Castela.

Deu-se então o desastre da “Invencível Armada”, nome dado pelos ingleses, a título de piada face à derrota dos navios ibéricos.

Os Espanhóis, descobrindo o novo mundo, foram a causa involuntária do aspecto que a história da Europa toma. Por outro lado, as descobertas ampliando de um modo até então desconhecido a esfera de actividade comercial, dando importância excepcional às instituições bancárias e ao crédito, não inventam, porque tais factos preexistiam, mas tornam preponderantes duas formas de actividade mercantil, prenhes de graves consequências sociais: o banco e a especulação.

O grande negócio ultramarino sob a forma de especulação mercantil e a acção dos metais preciosos que a América vazava sobre a Europa, dando origem ao regime bancário, imprimiram ao velho mundo um

carácter ainda não visto. Vivendo até aí sobre o fundo de riquezas próprias exploradas com o trabalho dos seus habitantes, a Europa desenvolvia-se normalmente. As descobertas vieram desviar do seu curso ordinário este desenvolvimento, e desde então a Europa apresenta o carácter antigo de Roma ou de Cartago, isto é, o de um centro ou foco de onde irradia um poder dominador e explorador.

Desde que tem a explorar vastas regiões despovoadas, sente a necessidade de arranjar “mão de obra” que resolve com a escravatura e essa condição fatal das antigas sociedades reaparece na moderna, apesar do movimento das ideias morais que havia muito a condenara.

Por outro lado, o comércio e os bancos determinam a formação de uma classe nova, a classe dos ricos, a aristocracia do dinheiro que substitui a decadente militar e abafa o desenvolvimento normal das sociedades e a reconstrução progressiva das classes sobre a base do trabalho. E ainda mais as descobertas dão a influência às nações protestantes, mais adequadas ao exercício das funções utilitárias, sendo o vencedor o génio mercantil e não o génio religioso.

Quando Espanha cedeu a Portugal o Paraguay por troca da colónia do Sacramento (1750) os jesuítas resistiram na América ao que julgavam uma espoliação e Pombal aproveitou esse motivo para os expulsar do reino (1759). O resto da Europa segue o exemplo de Portugal, e da Espanha (1767) e o papado com um novo papa Clemente XIV dá um fim à Companhia.

O El Dorado foi procurado durante anos, na Colombia e na Venezuela sempre sem sucesso. A descoberta do verdadeiro Eldorado no Cerro de Potosi, que dava rendimentos imediatos e seguros, evita a expansão de espanhóis na Amazónia e no seu vale, resumindo-se a sua presença a regiões junto a Quito e nas zonas dos rios Napo e Javari.

Actividades não espanholas na Amazónia no século XVI.

1502/1503	Viagem de João Coelho
De 1503 a 1513	João de Lisboa Diogo Ribeiro Fernando Froes com os pilotos Francisco Corso e Pero Corso.
1513/1514	Navios portugueses na costa das Guianas
1553	João de Melo da Silva, na Amazónia e nas Guianas

Em 1553 uma carta geográfica assinada por Diogo Nunes, descreve a descida do Rio Amazonas e a facilidade de “passar do Amazonas ao Prata”, segundo informações dos indígenas.

No século XVI há notícias de várias naus portuguesas e espanholas terem percorrido a região amazónica.

Só em final de 1759, a Comissão espanhola do Norte se aproximou do rio Negro, sendo outros já os responsáveis portugueses, mas a notícia do falecimento do rei Fernando VI, em Agosto de 1759, interrompeu todos os trabalhos de campo de definição das fronteiras.

Com a morte do rei espanhol, os opositores ao Tratado de 1750, tanto em Espanha como em Portugal, levaram a efeito um novo Tratado, chamado do Pardo em 12 de Janeiro de 1761. Em 1762 novo Tratado foi aceite, sendo este o de S. Ildefonso, conhecido como o Preliminares de Limites, sequencial do de Madrid 1750, mas com algumas alterações a sul. Neste Tratado, Portugal cedeu as Filipinas e as Marianas e reembolsou a Espanha do que tinha recebido pelas Molucas. Cedeu ainda as ilhas de Fernando Pó e Ano Bom, no Golfo da Guiné, e autorizou que navios espanhóis frequentassem as ilhas S. Tomé e Príncipe. O Tratado de 1777 foi ratificado em 11 de Outubro, e complementado pelo Tratado de El Pardo em 11 de Março de 1778.

Do ponto de vista espanhol Portugal instalou-se indevidamente na América do Sul, não

cumprindo o Tratado de Tordesilhas, e alargando o seu território para mais do dobro do consentido pelo mesmo tratado.



Fig. 83 – Imaginário da acção de Portugal sobre a América do Sul no século XVIII, sob o ponto de vista espanhol.





Instituto
geográfico
do Exército



Av. Dr. Alfredo Bensaúde - 1849-014, LISBOA
Tel.: 21 850 53 00 / Fax: 21 853 21 19
E-mail: igeoe@igeoe.pt / Site: www.igeoe.pt

